



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

UNIDADE ACADÊMICA DE ADMINISTRAÇÃO E

CONTABILIDADE



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA MUNICIPAL: UMA
ABORDAGEM BASEADA NOS ODS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

JOYCE SOUZA SILVA

CAMPINA GRANDE- PB, 2022



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

JOYCE SOUZA SILVA

**AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA MUNICIPAL:
UMA ABORDAGEM BASEADA NOS ODS**

Orientador: Prof. Dr. Maria de Fátima Martins

Projeto de Dissertação apresentado como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Campina Grande.

CAMPINA GRANDE- PB, 2022

S586a

Silva, Joyce Souza.

Avaliação da governança Municipal: uma abordagem baseada nos ODS / Joyce Souza Silva. - Campina Grande, 2022.
86 f. : il. Color.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.

"Orientação: Profa. Dra. Maria de Fátima Martins."

Referências.

1. Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. 2. Governança. 3. Governança Municipal. 4. Agenda 2030. 5. Desenvolvimento Sustentável. I. Martins, Maria de Fátima. II. Título.

CDU 352: 502.131.1(043)

JOYCE SOUZA SILVA

**"AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA MUNICIPAL: UMA ABORDAGEM
BASEADA NOS ODS"**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em Administração (PPGA-
UFCG) como pré-requisito
para obtenção do título de
Mestre em Administração.

Aprovado em: 11/03/2022

Profa. Dra. Maria de Fátima Martins- PPGA/UFCG
Orientadora

Profa. Dra. Kettrin Farias Bem Maracajá- PPGA/UFCG
Examinadora Interna

Prof. Dr. André Cavalcante da Silva Batalhão - Faculdade de Ciência e
Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa-Portugal
Examinador Externo

CAMPINA GRANDE- PB, 2022



Documento assinado eletronicamente por **KETTRIN FARIAS BEM MARACAJA, COORDENADOR DE POS-GRADUACAO**, em 15/03/2022, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Cavalcante da Silva Batalhão, Usuário Externo**, em 22/03/2022, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE FATIMA MARTINS, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 25/03/2022, às 09:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **2168545** e o código CRC **BE9BEDFF**.

*Dedico à minha mãe, mulher forte, corajosa e amável,
que assim também me moldou.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por me manter forte, por me fornecer coragem, fé e saúde para enfrentar os desafios da via. Por me ouvir e me direcionar, me amparar e corrigir, me amar e me cuidar. Tudo por Ele, para Ele e com Ele.

Aos meus pais, Luciano e Maria, meus amigos, protetores e maiores apoiadores. Por estarem comigo nas tristezas e alegrias, na luta e na vitória, na dor e no alívio. Sem eles, eu não teria chegado onde cheguei e nem enfrentado com coragem os desafios que enfrentem. Para eles, todo o amor do mundo.

Aos meus irmãos, Karolayne e Alexandre, por serem minha fonte de alegria, minha motivação como irmã mais velha de ser espelho para eles, por serem inspiração e motivo de esperança de dias melhores. Tudo o que fiz, faço e farei é para que possam se orgulhar da irmã que eles têm e ser exemplo de um futuro íntegro, cheio de esforço e determinação.

Ao meu noivo, Dyego, que tem todo o meu coração, admiração e amor e que esteve comigo desde a aprovação, mesmo que distante. Por ser minha paz, calma e por sonhar do meu lado há quase uma década. Por todos os sonhos que ainda iremos realizar juntos, por todos os caminhos que já percorremos e iremos percorrer, por cada abraço de aconchego e por todo o amor e companheirismo que construímos. Ao meu grande amor.

Agradeço à Fátima, minha orientadora, um exemplo de mulher não apenas na ciência, mas em todos os aspectos da vida. Por ser uma inspiração, por me incentivar a seguir em frente, por compreender minhas limitações em uma jornada dupla entre a vida acadêmica e profissional, por não me permitir enfraquecer ou desistir e me motivar. Meu muito obrigada.

Aos meus companheiros de mestrado, colegas e professores, especialmente Kettrin, por quem nutri grande admiração, respeito e amizade.

Aos meus amigos da vida, minha família e companheiros de várias jornadas. Todos os passos que dei tive o auxílio de alguém, nenhum deles foi dado sozinho.

SILVA, JOYCE SOUZA. **AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA MUNICIPAL: UMA ABORDAGEM BASEADA NOS ODS**. Dissertação de Mestrado em Administração - Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2022.

AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA MUNICIPAL: UMA ABORDAGEM BASEADA NOS ODS

RESUMO

Nas últimas décadas, como reflexo do rápido desenvolvimento insustentável, o mundo viu emergir com maior força uma série de problemas de cunho social, econômico e ambiental que nos mostravam o quanto as ações humanas, na maioria das vezes em nome do progresso e do desenvolvimento, estavam levando o planeta a um caminho sem volta. Pensando nisso, a ONU juntamente com os seus membros levantou objetivos para o desenvolvimento sustentável do mundo, primeiramente através dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e atualmente com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável que fazem parte da Agenda 2030. Um dos principais fatores para a implementação local desses objetivos é uma estrutura de governança consolidada e comprometida. Pensando nisso, o seguinte estudo propõe uma metodologia a partir dos ODS alinhados com o tema. O trabalho propôs uma estrutura de avaliação da governança municipal no sentido da implementação dos ODS, que leva em consideração as metas alinhadas com o tema. Essa estrutura se trata de um roteiro para auxiliar os gestores municipais na avaliação da governança, levando em consideração as metas propostas pelos ODS. Foram realizados inicialmente levantamentos bibliográficos, através de pesquisa bibliométrica (primeiro artigo) na base de dados da Scopus e análise dos principais conceitos e implicações abordados nos artigos analisados (segundo artigo) nas bases de dados Scopus e Web of Science. Os dois primeiros artigos foram de suma importância na consumação de base teórica sólida, implicando no levantamento das áreas onde a governança está sendo abordada, de que forma sua avaliação vem impactando nessas áreas, os principais conceitos e citações que levam em consideração tanto a governança, quanto sua relação com os ODS, além de métodos de avaliação- mesmo que em outras áreas- que poderiam auxiliar na conformação do terceiro e principal artigo. A partir dos resultados desses dois artigos foi possível identificar uma carência em estudos que abordam essa relação da avaliação da governança no sentido da implementação dos ODS, ao passo que foi possível identificar essa relação em outras áreas possibilitando auxílio na construção de uma estrutura futura relacionada aos ODS. Já o terceiro artigo, buscou propor uma estrutura de avaliação, de caráter teórico, a princípio e que pudesse auxiliar os gestores públicos e tomadores de decisões na melhoria da governança pública no sentido da implementação dos ODS. Os principais ODS abordados nessa estrutura foram os ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). A estrutura proposta contou com a base teórica de estruturas e indicadores já propostos em outros trabalhos, auxiliando na conformação de um método de avaliação que fosse capaz de abarcar os aspectos da governança alinhados com as metas dos ODS. Vale ressaltar, que inicialmente, o trabalho não buscou propor um método quantitativo ou um índice numérico, mas que para trabalhos futuros sugere-se o aprimoramento da estrutura, sendo possível essa implementação quantitativa.

Palavras-chave: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. Governança. Governança municipal. Agenda 2030.

SILVA, JOYCE SOUZA. **ASSESSMENT OF MUNICIPAL GOVERNANCE: A SDG-BASED APPROACH**. Master Dissertation in Management – Federal University of Campina Grande, Paraíba, 2022.

ASSESSMENT OF MUNICIPAL GOVERNANCE: A SDG-BASED APPROACH

ABSTRACT

In recent decades, as a reflection of rapid unsustainable development, the world has seen a series of social, economic and environmental problems emerge with greater force, showing us how much human actions, most often in the name of progress and development, were taking the planet down a path of no return. With this in mind, the UN together with its members raised goals for the sustainable development of the world, firstly through the Millennium Development Goals and currently with the Sustainable Development Goals that are part of the 2030 Agenda. One of the main factors for the implementation place of these objectives is a consolidated and committed governance structure. With that in mind, the following study proposes a methodology based on the SDGs aligned with the theme. The work proposed a framework for evaluating municipal governance in the sense of implementing the SDGs, which takes into account goals aligned with the theme. This framework is a roadmap to assist municipal managers in assessing governance, taking into account the goals proposed by the SDGs. Bibliographic surveys were initially carried out, through bibliometric research (first article) in the Scopus database and analysis of the main concepts and implications addressed in the analyzed articles (second article) in the Scopus and Web of Science databases. The first two articles were of paramount importance in the consummation of a solid theoretical basis, implying the survey of the areas where governance is being addressed, how its evaluation has been impacting these areas, the main concepts and quotes that take into account both governance, regarding its relationship with the SDGs, in addition to evaluation methods - even if in other areas - that could help in the conformation of the third and main article. From the results of these two articles, it was possible to identify a lack in studies that address this relationship of governance assessment in the sense of implementing the SDGs, while it was possible to identify this relationship in other areas, enabling assistance in the construction of a future structure related to the SDG The third article, on the other hand, sought to propose an

evaluation structure, of a theoretical nature, in principle, that could help public managers and decision makers in improving public governance towards the implementation of the SDGs. The main SDGs addressed in this structure were SDGs 10 (Reduction of Inequalities) and SDGs 16 (Peace, Justice and Effective Institutions), however, it is important to mention the importance of SDGs 17 (Partnerships and Means of Implementation) when it comes to global governance in the implementation of these Objectives and Goals. The proposed structure was based on the theoretical basis of structures and indicators already proposed in other works, helping to form an evaluation method that was able to encompass aspects of governance in line with the goals of the SDGs. It is worth mentioning that initially, the work did not seek to propose a quantitative method or a numerical index, but that for future works it is suggested to improve the structure, making this quantitative implementation possible.

Keywords: Goals for Sustainable Development. governance. Municipal governance. Agenda 2030.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Sequência de definição da base de dados	26
Figura 2- Mapa de co-autoria	34
Figura 3- Mapa de co-word	39
Figura 4- Número de publicações por base de dados	47
Figura 5- Número de artigos publicados por base de dados entre 2015 e 2021	48

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1- Conceitos de governança	49
Quadro 2- Princípios de boa governança sugeridos pelo World Bank.....	63
Quadro 3- Worldwide Governance Indicators	64
Quadro 4- Princípios utilizados no iGovP.....	66
Quadro 5- Estruturação da metodologia de avaliação da governança municipal com referencial	70
Quadro 6- Estruturação da metodologia de avaliação da governança municipal com descrição dos indicadores	72
Tabela 1- Autores com maior número de artigos	28
Tabela 2- Autores com maior número de citações	30
Tabela 3- Autores com maior força de ligação.....	33
Tabela 4- Palavras com maior ocorrência	36
Tabela 5- Palavras com maior força de ligação.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

GPS	Gestão Pública Sustentável
IgovP	Índice de Avaliação da Governança Pública
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1. Problema e justificativa de pesquisa	17
1.2. Objetivos	20
1.2.1. Objetivo geral	20
1.2.2. Objetivos específicos	20
1.3. Estrutura do projeto	20
CAPÍTULO 1: GOVERNANÇA E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA (2015-2021).....	22
RESUMO	22
ABSTRACT.....	22
1. INTRODUÇÃO.....	23
2. METODOLOGIA.....	24
2.1. Escolha de palavras-chave e filtros	25
2.2. Trabalho dos dados no software.....	26
2.3. Verificação do conteúdo dos artigos	27
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
3.1. Co-autoria.....	28
3.2. Co-word.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
CAPÍTULO 2: AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA NA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS AO TEMA (2015-2021)	43
1. INTRODUÇÃO.....	44
2. METODOLOGIA.....	46

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	47
3.1. Análise comparativa dos resultados obtidos nas bases de dados	47
3.2. Governança.....	49
3.3. Governança e ODS.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
CAPÍTULO 3: MÉTODO PARA AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA MUNICIPAL, ALINHADA AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL (ODS)	57
1. INTRODUÇÃO.....	58
2. REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	60
2.1. ODS e Governança.....	60
2.2. Aspectos da governança.....	63
3. METODOLOGIA.....	67
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS DO PROJETO	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

1. INTRODUÇÃO

1.1. Problema e justificativa de pesquisa

Repensando o mundo séculos atrás, é possível perceber as diversas mudanças enfrentadas com relação ao desenvolvimento da humanidade em todos os seus aspectos. A história ensina sobre as mudanças culturais, políticas, sociais e ambientais que o mundo enfrentou, fornecendo uma base sólida para enfrentamento do que há por vir. Essas mudanças que ocorrem muitas vezes de maneira rápida requerem da humanidade ações que reflitam tanto o cenário atual, como as situações a longo prazo. Refletindo sobre as lições do passado, as necessidades presentes e futuras, a Organização das Nações Unidas (ONU) vem propondo, de forma mais clara, desde 2000, a partir do lançamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), objetivos e metas que visam o desenvolvimento do mundo de forma sustentável.

Nos anos 2000 o mundo viu nascer a ideia base do que hoje chamamos de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que foram os ODM. Os ODM forneceram orientação e norte aos Estados-membros da ONU durante 15 anos, até emergirem os ODS em setembro de 2015 sendo eles os objetivos e metas constituintes da Agenda 2030. Após o período de 15 anos regido pelos ODM surgiram os resultados com base no progresso realizado, obstáculos enfrentados e as metas que não atingiram o alcance esperado (Aziz, Tahir & Qureshi, 2021). Os ODS, como estrutura, são uma extensão e continuação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, não apenas por dar continuidade, aprimorar e vislumbrar melhores resultados, mas por procurar realizar o vínculo entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais incluídos nessas metas (Stafford-Smith *et al.*, 2017).

No entanto, ações pós ODS já estão sendo pensadas, objetivando a continuidade dos objetivos e metas traçados na Agenda 2030. Uma dessas iniciativas é o TWI2050 ou o Mundo em 2050, que objetiva fornecer conhecimento com base em fatos visando apoiar o processo de implementação dos ODS e seu aspecto político, abordando os desafios no alcance dos ODS de forma integrada, visando a minimização de conflitos em potenciais e a conformação dos objetivos e metas propostos (Sustainable Development Solutions Network [SDSN], 2022).

No Brasil, várias ações estão sendo realizadas para contribuir com o sucesso da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Um deles é o Guia GPS- Gestão Pública Sustentável atualizado com os ODS do Programa Cidades Sustentáveis, que apresenta 12 eixos temáticos com seus respectivos indicadores objetivando organizar os ODS para a

implementação no âmbito municipal (Programas Cidades Sustentáveis [PCS] & Núcleo de Estudos do Futuro [NEF], 2017).

Tomando como base a descentralização da administração pública federal e com isso a concessão de ações e responsabilidades aos municípios, é necessário pensar na gestão municipal como ponto chave na construção de cidades mais sustentáveis, onde as ações ocorrem do local para o global, principalmente em termos de formulação e execução de políticas públicas. A descentralização da administração pública não foi o único fator a contribuir para a centralidade da gestão municipal no âmbito das políticas públicas visando na melhoria na prestação dos serviços públicos, a instituição da seguridade social e a universalização dos direitos de cidadania também foram cruciais na redefinição do papel dos municípios (Veloso, Monasterio, Vieira & Miranda, 2011). Esses três fatores que contribuíram para o aumento da responsabilidade dos municípios com relação a coisa pública, principalmente no que diz respeito às políticas públicas, também estão atrelados ao conceito de governança em seu íntimo.

Três palavras chave são apresentadas por Graham, Amos e Plumptre (2003) para fundamentar o conceito de governança: poder, relacionamentos e responsabilidade, para os autores a governança é definida como “as interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder e as responsabilidades são exercidos, como as decisões são tomadas e como cidadãos ou outras partes interessadas têm uma palavra a dizer”.

No âmbito público, de acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal, a governança pública pode ser definida como um conjunto de mecanismos responsáveis pela avaliação, direcionamento e monitoramento da gestão, objetivando a boa condução de políticas públicas e serviços públicos.

Tomando como base essa definição, é possível realizar as conexões entre a governança e os ODS: a implementação dos ODS (decisões tomadas para o bem comum) depende das interações responsáveis e conscientes de todos os envolvidos. O marco dessa parceria (ODS e governança) envolve não apenas os atos de implementação. Ao mesmo tempo que a governança é vista como necessária para o bom andamento da Agenda 2030, também pode ser observada de forma clara e explícita nos próprios ODS, como uma interação holística.

Nessa perspectiva da importância da governança para o desenvolvimento sustentável das cidades, partindo da implementação dos ODS, que fornecem subsídios para as nações se desenvolverem sustentavelmente e de que as cidades são fundamentais nas ações de

implementação, partindo do local para o global, a pesquisa objetiva explorar o seguinte problema: **Como avaliar a governança municipal a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável de cidades?**

Segundo o Instituto Latino-Americano de Governança e Compliance Público [IGCP] (2020) o processo de governança ocorre de forma circular pelas etapas de monitorar- avaliar- direcionar as iniciativas da gestão pública. A etapa da avaliação dentro da gestão pública se destaca por ser a etapa possível de identificar os principais problemas e soluções de mitigação, visando eficiência e eficácia nos serviços prestados à sociedade. A Confederação Nacional de Municípios [CNM] (2017) corrobora essa afirmação de eficácia e soma à ela a versatilidade em um processo de gestão municipal onde a governança representa, em muitos casos, o ator mais adequado na resolução de problemas sociais, afetando não apenas indireta, mas diretamente a vida dos residentes do município, acrescentando ainda o conjunto dos ODS junto dos Planos Plurianuais como importantes ferramentas de planejamento municipal. Na própria agenda 2030, a Organização das Nações Unidas [ONU] (2020) cita diversas vezes a importância da governança no âmbito do desenvolvimento sustentável, além de conferir importância às estruturas de governança na avaliação do apoio dado na implementação pelos órgãos de planejamento estratégico.

Nessa perspectiva de importância da governança para a implementação da Agenda 2030 nota-se também a necessidade de mensurar a governança municipal, objetivando fornecer aos municípios subsídios para caminhar rumo à uma governança que possa proporcionar o desenvolvimento sustentável local através dos ODS.

É a partir desse panorama que o trabalho propõe uma metodologia para avaliação da governança em nível municipal no sentido da implementação dos ODS, tendo como base as próprias metas da Agenda 2030 que conversam com os princípios de governança pública tomados a partir de pesquisa bibliográfica e já adotados em outras metodologias (não tratadas diretamente com os ODS), que serão referenciados e justificados no referencial teórico e metodologia dos respectivos artigos. Os principais objetivos abordados no trabalho foram o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), contando com a relação entre os indicadores propostos pela ONU, outros (a grande maioria) extraídos do Guia GPS (Gestão Pública Sustentável) do Programa Cidades Sustentáveis, que propõe um guia de gestão municipal alinhado com os ODS e um indicador proposto pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE- PB). O trabalho se justifica por propor uma metodologia de avaliação da governança no sentido da

implementação dos ODS que auxilia os gestores públicos na melhoria da governança no âmbito da gestão municipal.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

Propor uma estrutura de avaliação da governança municipal no sentido da implementação dos ODS, desenvolvendo um método baseado na universalização proposta pela agenda 2030 dos ODS.

1.2.2. Objetivos específicos

- Realizar levantamento bibliométrico referente a governança e sua relação com os ODS para identificar as principais linhas de pesquisa, tendências e lacunas nas pesquisas da área;
- Realizar um levantamento teórico sobre os principais conceitos, metodologias de avaliação da governança e trabalhos relacionados com os ODS;
- Propor uma estrutura de avaliação da governança municipal no sentido da implementação dos ODS.

1.3. Estrutura do projeto

O projeto foi realizado na modalidade 3 artigos e se encontra dividido em 3 capítulos: o primeiro abordou uma perspectiva teórica da governança e sua relação com os ODS, a partir de uma pesquisa bibliométrica utilizando o software VOSviewer, analisando os trabalhos publicados na base de dados da Scopus entre 2015 e 2021, e buscou mapear as publicações que abordassem a avaliação da governança no âmbito dos ODS a nível local, assim como publicações que tratassem

da avaliação da governança em outras áreas, visando contribuir para o artigo principal na construção de uma estrutura de avaliação da governança municipal no sentido dos ODS.

O segundo artigo objetivou mapear trabalhos que abordassem tanto a avaliação da governança na implementação dos ODS, quanto em outras áreas- contribuindo para o artigo principal- onde foi realizado o levantamento de artigos na Scopus e Web of Science, entre 2015 e 2021, que abordassem conceitos e correlações importantes entre a governança e os ODS.

Por fim, o terceiro artigo, o artigo principal, realizou a proposição de modelo de avaliação da governança no sentido da implementação dos ODS como um roteiro para auxiliar os gestores municipais na avaliação da governança. Conta com uma metodologia baseada em estudos já existentes tanto no sentido de avaliação da governança, quanto no sentido da implementação dos ODS.

CAPÍTULO 1: GOVERNANÇA E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA (2015-2021)¹

RESUMO: A Agenda 2030 proposta pela ONU e seus países membros em 2015 aborda um plano de ação para os próximos 15 anos, que requer um esforço conjunto de toda a sociedade na busca de estratégias para a consecução dos objetivos e metas propostos. No âmbito desse esforço para a implementação dos ODS propostos pela Agenda 2030 se encontra a necessidade de uma estrutura de governança que proporcione meios para a sua efetivação, assim como a avaliação dessa estrutura. Tomando a importância da governança na implementação dos ODS e a necessidade de avaliação da mesma para melhoria contínua das ações e políticas públicas, o trabalho buscou mapear através de pesquisa bibliométrica, utilizando o software VOSviewer, as publicações que abordem a avaliação da governança no âmbito dos ODS a nível local (de preferência a nível municipal) e/ou publicações que tratassem da avaliação da governança local, visando contribuir para pesquisas futuras para construção de uma estrutura de avaliação de governança municipal dos ODS. Ao passo que foi identificada uma carência de estudos (na base de dados pesquisada) que abordem a avaliação da governança com ênfase dos ODS, também foram identificados trabalhos de avaliação da governança em outras áreas que podem ser significativa contribuição para construção de modelos de avaliação futuros.

Palavras-chave: ODS. Governança local. Governança. Bibliometria.

ABSTRACT: The 2030 Agenda proposed by the UN and its member countries in 2015 addresses an action plan for the next 15 years, which requires a joint effort by all of society in the search for strategies to achieve the proposed objectives and targets. Within the scope of this effort to implement the SDGs proposed by the 2030 Agenda, there is a need for a governance structure that provides the means for its implementation, as well as the evaluation of this structure. Taking the importance of governance in the implementation of the SDGs and the need to evaluate it for the continuous improvement of actions and public policies, the work sought to map, through

¹ Joyce Souza Silva

bibliometric research, using the VOSviewer software, the publications that address the evaluation of governance within the scope of the SDGs at the local level (preferably at municipal level) and/or publications dealing with the assessment of local governance, aiming to contribute to future research to build a municipal governance assessment framework for the SDGs. While a lack of studies was identified (in the researched database) that address the assessment of governance with an emphasis on the SDGs, governance assessment works were also identified in other areas that can be a significant contribution to the construction of future assessment models.

Keywords: ODS. Local governance. Governance. Bibliometrics.

1. INTRODUÇÃO

Os desafios advindos da crescente globalização são inúmeros e demandam de toda a sociedade mudanças gradativas. Partindo de anos atrás, a deflagração da Revolução Industrial no século XVIII, que apresentava ao mundo novas formas de produção e conseqüentemente de consumo, representou os primeiros sinais de um cenário de devastação ambiental que seria agravado através de décadas de um desenvolvimento (in) sustentável. De acordo com Silva e Crispim (2011), mesmo antes da Revolução Industrial já existia um certo tipo de degradação ambiental, mesmo que de forma orgânica, e que por isso não devemos ser “extremistas”, mas após esse período ocorreu o surgimento de materiais e substâncias não existentes na natureza, que cada vez mais passam a ser inseridas de maneira irregular no meio ambiente. No entanto, foi apenas muitos anos depois da Revolução Industrial que a questão ambiental começou a ser levada em conta, devido aos reflexos de anos de degradação.

Contudo, as questões ambientais não são as únicas problemáticas a preocupar a sociedade, as causas sociais como a fome, o desemprego, desigualdades e tantas outras, integram uma série de problemas que foram e são alvos da ONU e de mais 193 países-membros, que juntos, em 2015, propuseram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, composto por 17 objetivos e 169 metas que abordam as três principais dimensões do desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental) e fazem parte de um plano de ação denominada de Agenda 2030. No entanto, a implementação desses objetivos e metas requer um esforço conjunto de todos os interessados e um desses esforços diz respeito a governança (Organização das Nações Unidas [ONU], 2015).

Partindo da definição de governança, é possível realizar a conexão da sua importância com a implementação dos ODS. De acordo com Wilde et al. (2009, p.5 como citado em Czepil, 2020) a governança é resultado das “interações, relacionamentos e redes entre os diferentes setores (governo, setor público, setor privado e sociedade civil) e envolve decisões, negociações e diferentes relações de poder entre as partes interessadas para determinar quem recebe o quê, quando e como”.

A implementação da Agenda 2030, principalmente a nível local, requer não apenas ações por parte do setor privado, mas de uma rede que envolve todos os setores da sociedade trabalhando juntos, através de relações, ações e decisões que visam a formulação de políticas públicas em prol da sustentabilidade local. Paz e Cuenca (2020) argumentam que a Agenda 2030 contém, implicitamente, um modelo de institucionalização dos diferentes poderes, que está baseado em princípios como cooperação, a colaboração e a transversalidade na gestão pública e acrescenta que os ODS derivados da Agenda 2030 demandam um novo modelo de governança que esteja baseado em uma cultura que não está presente em todos os países.

No entanto, para a efetivação dessa implementação é importante ter em vista a necessidade de avaliar e mensurar a qualidade da governança, almejando a melhoria contínua do processo. De acordo com Gomes, Albernaz, Nascimento e Torres (2016), a efetivação dos ODS requer a implementação de melhores práticas de governança e inovação no âmbito da gestão pública, além disso, os autores acrescentam que para acompanhamento dos ODS se faz necessária a avaliação da governança e do desempenho das políticas públicas e a avaliação da governança e gestão nas organizações.

Tendo em vista a importância da relação entre a governança e a implementação dos ODS em nível local e para isso, a avaliação da governança, principalmente no que diz respeito a qualidade das práticas, o trabalho objetiva mapear através de pesquisa bibliométrica, as publicações referentes ao assunto em conjunto e também a mensuração da qualidade da governança. O conhecimento das mais diversas metodologias de avaliação, mesmo que não sejam diretamente aplicadas aos ODS, pode proporcionar o desenvolvimento de metodologias direcionadas, auxiliando na implementação da Agenda 2030 em nível local.

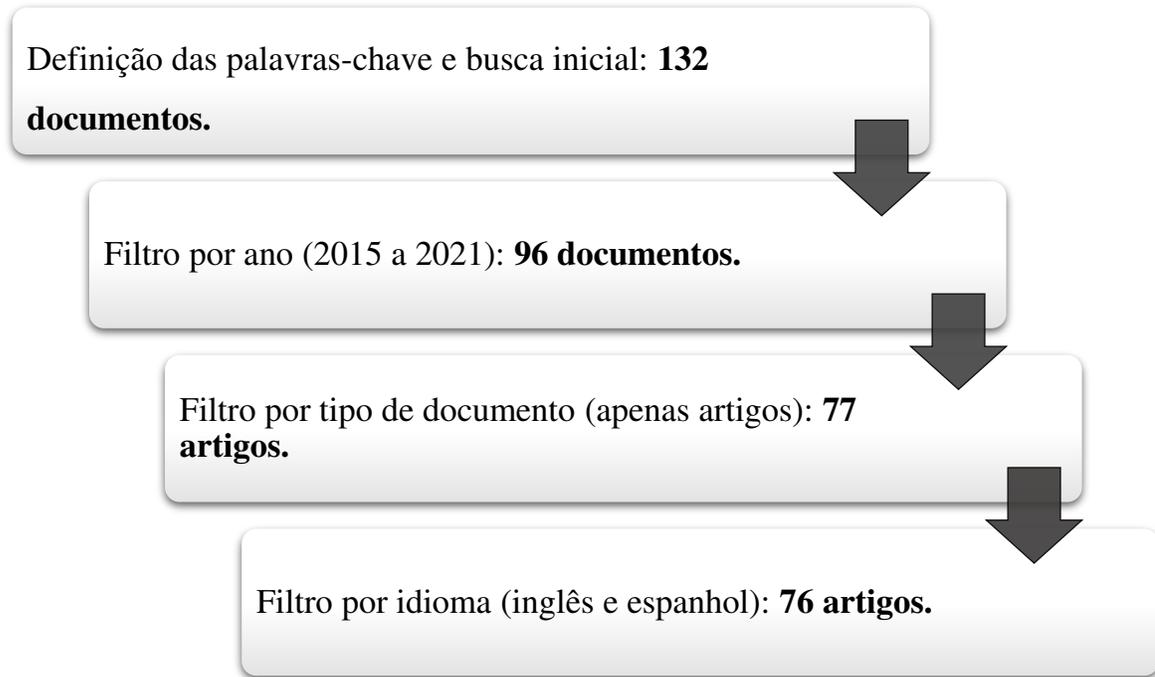
2. METODOLOGIA

2.1. Escolha de palavras-chave e filtros

Inicialmente foi realizada a escolha das palavras-chave para inserção e busca na base de dados escolhida, que foi a Scopus. A escolha da Scopus se deu pelo fato da mesma abarcar uma base ampla de publicação quanto se trata do tema abordado. Levando em consideração que o objetivo da pesquisa é identificar publicações relacionadas a mensuração da governança a nível local, que estejam alinhadas com o desenvolvimento sustentável e mais especificamente com os ODS, foram elencadas as seguintes palavras-chave com os respectivos operadores booleanos (OR e AND): ("*governance index*" OR "*governance indicator*" OR "*governance indicators*" OR "*governance quality*") (TITLE-ABS-KEY) AND ("*municipal governance*" OR "*local governance*" OR "*public governance*" OR "*municipal*" OR "*local*" OR "*public*") TITLE-ABS-KEY AND ("*sustainable development goals*" OR "*SDG**" OR "*sustainable development*" OR "*sustainability*") TITLE-ABS-KEY OR ("*governance index*" OR "*governance indicator*" OR "*governance indicators*" OR "*governance quality*") TITLE-ABS-KEY AND ("*municipal governance*" OR "*local governance*" OR "*public governance*" OR "*municipal*" OR "*local*" OR "*public*") KEY.

Essa busca inicial resultou em 132 publicações que foram refinadas inicialmente por ano de publicação. Foram filtrados os artigos publicados a partir de 2015, ano do lançamento dos ODS, o que resultou em 96 documentos. Por padronização e devido a importância da revisão por pares, optou-se também por utilizar apenas os artigos como tipo de documento, o que resultou em 77 publicações. Por fim, foram selecionados artigos em inglês e espanhol, resultando em 76 artigos. As informações exportadas foram 'Citation information' e 'Abstract e keywords'. Os documentos não foram filtrados por área de conhecimento por entender que os mesmos já possuem um filtro natural a partir das palavras chaves utilizados do campo de concentração dos mesmos.

Figura 1- Sequência de definição da base de dados



Fonte: Elaborada pelos autores

2.2. Trabalho dos dados no software

A bibliometria pode ser definida como um conjunto de métodos estatísticos e matemáticos aplicados na análise de obras literárias. Esse termo foi inicialmente proposto por Pritchard na década de 1960. Estreitando para o campo das ciências sociais aplicadas, a bibliometria possibilita o exame da evolução científica de determinada área de estudo através da produção de artigos, identificação de redes de pesquisadores, dentre outros aspectos relacionados (Chueke & Amatucci, 2015). O software de pesquisa bibliométrica escolhido para encaminhamento da pesquisa foi o VOSviewer, que é um software de pesquisa bibliométrica e foi escolhido por proporcionar não apenas a criação de redes de citação, acoplamento bibliográfico, cocitação ou coautoria, mas também por fornecer dados mais específicos essenciais para a análise desejada.

Já no software alguns parâmetros foram selecionados para fins de análise. Primeiro, para a criação de um mapa de co-autoria, em ‘Create’, na escolha do tipo de dados foi selecionado ‘Create a map based on bibliographic data’, ou seja, o mapa criado será baseado em dados bibliográficos.

Na escolha da fonte de dados foi selecionado *'Read data from bibliographic database files'*. Foi selecionado o arquivo com os artigos selecionados na base de dados. Após o carregamento dos dados, foram selecionados o tipo de análise e o método de contagem, onde foi optado por análise de co-autoria com contagem completa e marcada a opção *'Ignore documents with a large number of authors'* e número máximo de 25 autores por documento. Por fim, na escolha dos limites, optou-se pelo mínimo de 1 documento por autor e mínimo de 3 citações por autor. Com esses parâmetros foram identificados 103 de 221 autores totais.

No entanto, alguns dos 103 autores na rede não estão conectados entre si. O maior conjunto de autores conectados consiste em 9 autores. Mas, para fins de análise foram utilizados todos os autores e definidos parâmetros, após a finalização da rede. Inicialmente foi formada uma rede com todos esses autores e clusters. No entanto, foram ajustados os parâmetros no item *'Analysis'*, onde foi desmarcada a opção *'Merge small clusters'* e ajustada a opção de tamanho mínimo de cluster para 5, ou seja, os clusters formados terão no mínimo 5 itens. Foram, por fim, pelos parâmetros definidos, encontrados 5 clusters e onde 68 autores não se encaixam nos parâmetros definidos para um cluster.

Logo após, para a criação de um mapa de co-word, foram seguidos os passos iniciais acima, no entanto, no tipo de análise e método de contagem foi selecionado co-ocorrência e todas as palavras-chave. Para o número mínimo de ocorrência de palavras-chave foi selecionado 3, ou seja, as palavras-chave selecionadas precisam ocorrer mais de 3 vezes dentro da base de dados. Das 748 palavras-chave selecionados, 41 se encaixavam nesse critério. Foram ajustados os parâmetros no item *'Analysis'*, onde foi desmarcada a opção *'Merge small clusters'* e ajustada a opção de tamanho mínimo de cluster para 5, ou seja, os clusters formados terão no mínimo 5 itens. Foram, por fim, pelos parâmetros definidos, encontrados 4 clusters.

2.3. Verificação do conteúdo dos artigos

A partir dos 76 artigos encontrados, foi realizada a leitura integral dos artigos centrais, ou seja, daqueles identificados nas análises, bem como dos resumos dos outros artigos incluídos na base de dados com a finalidade de minerar posteriores assuntos e definições importantes para melhor compreensão da pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Co-autoria

O universo de trabalhos que discutem sobre a avaliação da governança municipal, objetivando contribuir com o desenvolvimento sustentável dos municípios e mais especificamente da implementação dos ODS a nível municipal, se mostrou extremamente pequeno dentro da base de dados onde o estudo foi realizado, sendo encontrados apenas 76 artigos após o refinamento das publicações.

Após esse refinamento, partindo para a análise dos dados no VOSviewer, foi possível identificar inicialmente os 10 autores que possuíam mais artigos dentro da base de dados, mais citações e também maior força de ligação. Segue abaixo, primeiramente, os 10 autores com mais artigos publicados dentro da base de dados:

Tabela 1- Autores com maior número de artigos

Autor	Número de artigos
Fischer R.	2
Günter S.	2
Kabwe G.	2
Nansikombi H.	2
Da Cruz N.F.	2
Marques R.C.	2
Ahmed Z.	2
Tarek B.A.	2
Ayenew H.Y.	1

Biadgilign S.	1
----------------------	---

Fonte: Elaboração dos autores

Fisher R., Günter S., Kabwe G. e Nansikombi H. tem co-autoria nos mesmos dois artigos. O primeiro deles, intitulado de *‘Exploring patterns of forest governance quality: Insights from forest frontier communities in Zambia’s Miombo ecoregion’* aborda sobre a qualidade da governança florestal em 24 comunidades na ecorregião de Miombo na Zâmbia a partir da Estrutura de Indicadores de Iniciativas de Governança de Florestas (GFI) do World Resource Institute. O estudo aborda a necessidade da boa governança diante do cenário de desmatamento persistente na ecorregião estudada como pré-requisito para o manejo florestal sustentável. Quanto à organização dos indicadores, eles estão organizados em 6 áreas temáticas: 1) *forest tenure*, 2) *land use planning*, 3) *forest management*, 4) *forest revenues*, 5) *cross-cutting institutions* e 6) *cross-cutting issues* (Nansikombi, Fischer, Kabwe & Günter, 2020).

O segundo artigo, que além dos 4 autores citados, conta com co-autoria de Ferrer Velasco R., Lippe M., Kalaba F.K., é intitulado de *‘Can de facto governance influence deforestation drivers in the Zambian Miombo?’*. O estudo também é realizado em 24 comunidades na Zâmbia e aborda sobre a influência da qualidade da governança no desmatamento e na degradação florestal. Os resultados apontam certa influência das medidas de governança no combate ao desmatamento e a degradação florestal, em conjunto com outros fatores como sistemas de produção sustentável, mecanismos de incentivo e meios de subsistência alternativos (Nansikombi *et al.*, 2020).

Da Cruz N.F. e Marques R.C. também tem co-autoria nos mesmos 2 artigos identificados. O primeiro deles, intitulado de *‘Structuring composite local governance indicators’* trata da importância da mensuração da qualidade da governança e aborda um conjunto de diretrizes para estruturação de uma ferramenta com base teórica sólida para a avaliação da qualidade da governança local. Essa ferramenta leva em consideração a pesquisa em literatura e utilização de análise de decisão através de um modelo multicritério. Os critérios de avaliação utilizados foram *voice and accountability*, *market access and regulation*, *rule of law and prevention of corruption*, *political stability* e *government effectiveness*, organizados em 5 dimensões (Da Cruz & Marques, 2017). O segundo artigo intitulado de *‘An Application of a Multicriteria Model to*

Assess the Quality of Local Governance’ aborda sobre a aplicação do modelo multicritério desenvolvido pelos autores nos municípios portugueses (Da Cruz & Marques, 2019).

Ahmed Z. e Tarek B.A. também possuem co-autoria em 2 artigos. O primeiro deles com título de *‘Institutional Quality and Public Debt Accumulation: An Empirical Analysis* e o segundo é intitulado de *Governance and public debt accumulation: Quantitative analysis in MENA countries*’. Os artigos tratam de como a qualidade das instituições por meio da governança tem efeito na dívida pública em 17 países do Médio Oriente e Norte da África. Para essa avaliação foram utilizados dados entre 1996 e 2015 do Banco Mundial (Banco Mundial de Dados), FMI (Estatísticas Financeiras Internacionais) e banco de dados de Indicadores de Governança Mundiais. Enquanto um apresenta uma análise empírica e o outro uma análise quantitativa. Os estudos identificaram relação considerável entre a qualidade institucional e a dívida pública, onde quanto maior a deficiência na governança maior é a razão entre a dívida pública e o PIB. Os autores ainda acrescentam a importância dos resultados para os formuladores de políticas públicas (Tarek & Ahmed, 2017a, 2017b).

Ayenew H.Y. e Biadgilign S. possuem co-autoria em um artigo intitulado de *‘Good governance, public health expenditures, urbanization and child undernutrition Nexus in Ethiopia: An ecological analysis*’. Esse trabalho aborda a relação entre qualidade de governança, gastos com saúde pública, urbanização e desnutrição infantil na Etiópia. Para verificar essa relação foram utilizados os Indicadores de Desenvolvimento Mundial, o *World Population Prospects* e os Indicadores de Governança Mundial (WGI). O estudo indicou que a boa governança no país tem papel significativo da redução da desnutrição infantil e que é necessário a melhoria da governança, produzindo uma política de qualidade, monitorando sua implementação e aderência (Biadgilign *et al.*, 2019).

Em seguida, são apresentados os 10 autores com mais citações dentro da base de dados:

Tabela 2- Autores com maior número de citações

Autor	Número de citações
Huang C.-W.	29

MCDonald R.I.	29
Seto K.C.	29
Da Cruz N.F.	25
Marques R.C.	25
Gaygısız E.	20
Gaygısız Ü.	20
Lajunen T.	20
Fernández- Tabales A.	17
Foronda- Robles C.	17

Fonte: Elaboração dos autores

Huang, McDonald e Seto são os autores com maior número de citações dentro da base de dados, juntos eles produziram o trabalho intitulado de *‘The importance of land governance for biodiversity conservation in an era of global urban expansion’* citado 29 vezes. Os autores abordam a importância da governança fundiária, ou seja, a governança no contexto do uso das terras, na conservação da biodiversidade considerando a expansão urbana, argumentando seu papel fundamental na mitigação das ameaças de impactos advindos dessa expansão urbana na biodiversidade. Para mensurar o impacto da governança foi realizada a agregação dos *‘Worldwide Governance Indicators’* e suas seis dimensões (*Voice and Accountability (VA)*, *Political Stability and Absence of Violence/ Terrorism (PV)*, *Government Effectiveness (GE)*, *Regulatory Quality (RQ)*, *Rule of Law (RL)*, and *Control of Corruption (CC)*) e das ameaças urbanas a biodiversidade (*habitat loss, habitat degradation, habitat fragmentation, overexploitation, changes of animal’s behaviors, invasive species, wildlife diseases*). Lan, Shao, Xu, Tang e Sun (2021) e Subramanian, Chopra, Cakin, Liu e Xu (2021) citam Huang, McDonald e Seto (2018) ao falar sobre os desafios ambientais, sociais e econômicos advindos da rápida expansão urbana, assim como Kuras *et al.* (2020) também cita o trabalho dos autores, ainda sobre essa questão, quando argumenta que a

medida que essa expansão ocorre são necessárias diferentes estratégias de conservação, considerando tanto o potencial de impacto à biodiversidade, quanto a capacidade de governança.

Da Cruz e Marques com seus trabalhos intitulados de *'Structuring composite local governance indicators'* e *'An Application of a Multicriteria Model to Assess the Quality of Local Governance'* já abordados anteriormente, são citados 25 vezes dentro da base de dados. A grande maioria das citações fazem referência a utilização do MCDA (*Multi-criteria decision analysis*) utilizado na estruturação de um modelo de avaliação da governança local. Caldas, Dollery e Marques (2020) destacam a abordagem realizada pelos autores no desenvolvimento de indicadores de governança local e sua importância na avaliação nessa avaliação.

Gaygısız E., Gaygısız Ü. e Lajunen T. publicaram juntos o trabalho *'Socio-economic factors, cultural values, national personality and antibiotics use: A cross-cultural study among European countries'* citado 20 vezes na base de dados e que aborda relação entre fatores socioeconômicos, valores culturais, características pessoais nacionais e o uso de antibióticos na Europa, apontando a qualidade da governança como um dos fatores que influenciam esse uso. Wall (2019) cita Gaygısız, Lajunen e Gaygısız (2017) argumentando, a partir do seu trabalho, sobre o impacto do nível educacional e do sistema de governança de uma nação no uso de antibióticos.

Fernández e Foronda tem o seu trabalho *'Developing a system of territorial governance indicators for tourism destinations'* citado 17 vezes e que aborda a estruturação de um sistema de indicadores de governança territorial para destinos turísticos, também utilizando uma análise multicritério. Kiryluk, Glińska, Ryciuk, Vierikko e Rollnik-Sadowska, (2021) cita Fernández-Tabales, Foronda-Robles, Galindo-Pérez-de-Azpíllaga e García-López (2017) abordando a importância da governança na melhoria do processo de gestão diante dos desafios enfrentados pelo setor do turismo, contribuindo assim, com a melhoria das oportunidades e competitividade atreladas ao desenvolvimento sustentável.

São abordados a seguir os autores com maior força de ligação, ou seja, autores que possuem parceria. A força de ligação indica a quantidade de autores com os quais esses autores estão publicando.

Tabela 3- Autores com maior força de ligação

Autor	Força total de ligação
Ayenew H.Y	8
Biadlilign S.	8
Chitekwe S.	8
Deribew A.	8
Gebre B.	8
Gebreyesus S.H.	8
Haile D.	8
Shumetie A.	8
Tolla A.	8
Kanchanachitra C.	7

Fonte: Elaboração dos autores

Biadgilign, Ayenew, Shumetie, Chitekwe, Tolla, Haile, Gebreyesus, Deribew e Gebre são os autores com maior força de ligação. Eles publicaram em conjunto, ou seja, 9 autores, por isso a força total de ligação de cada um deles é 8, o trabalho intitulado de ‘*Good governance, public health expenditures, urbanization and child undernutrition Nexus in Ethiopia: An ecological analysis*’. Esse trabalho aborda a relação entre a boa governança, a saúde pública, a urbanização e a desnutrição infantil na Etiópia. Os autores destacam que a qualidade da governança e o compromisso e ação do governo são determinantes no combate a desnutrição infantil e que o efeito dos gastos com saúde pública pode ser potencializado pela alocução eficiente dos recursos da saúde e boa governança no sentido de reduzir a mortalidade infantil (Biadgilign *et al.*, 2019).

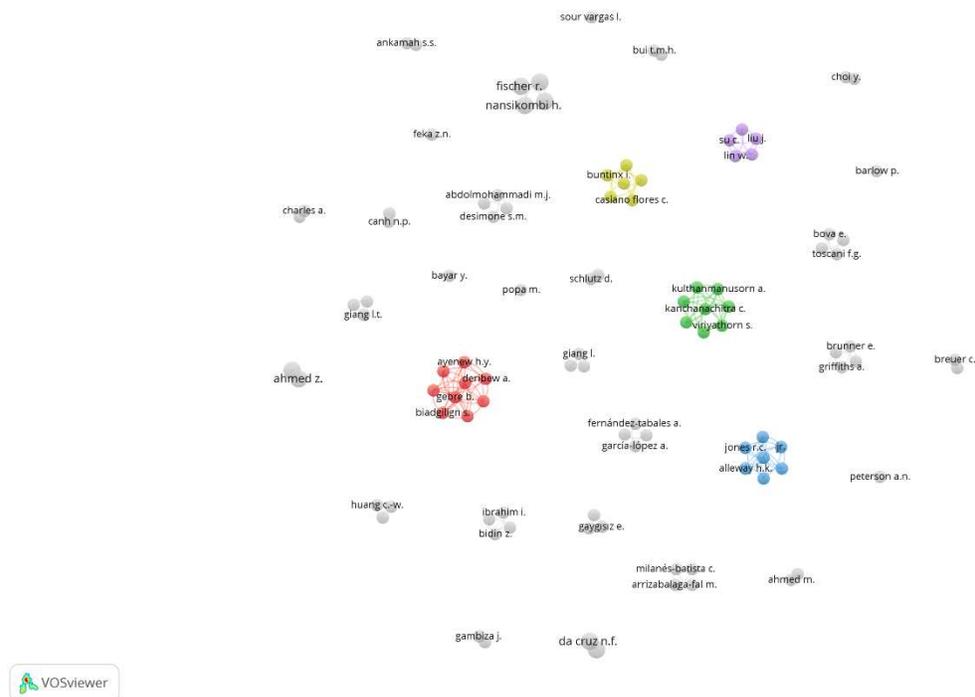
Kanchanachitra, com força de ligação 7, publicou em conjunto com mais 7 autores o estudo intitulado ‘*Legislating for public accountability in universal health coverage, Thailand*’ que

levanta uma discussão sobre a implementação da legislação relacionada aos direitos dos cidadãos e responsabilidade do governo no âmbito da saúde pública e em sentido de uma governança participativa (Kantamaturapoj *et al.*, 2020).

Mesmo sem citar diretamente os ODS, os artigos abordados acima colocam em pauta a qualidade da governança e a importância da sua avaliação, como a relação com os ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ODS 15 (Vida terrestre), ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e ODS 17 (Parcerias e meios de implementação).

Após a análise dessas informações fornecidas inicialmente pelo software, foi identificada a rede abaixo com os 5 clusters (que não estão conectados entre si).

Figura 2- Mapa de co-autoria



O cluster em vermelho, denominado de **Cluster 1** é referente ao trabalho abordado anteriormente intitulado de ‘*Good governance, public health expenditures, urbanization and child undernutrition Nexus in Ethiopia: An ecological analysis*’. Mesmo sem citar diretamente, esse

cluster está ligado ao ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável) e ao ODS 3 (Saúde e bem-estar). Duas metas são extremamente importantes nesse sentido: a meta 2.2, que almeja, até 2030 acabar com todas as formas de má nutrição especialmente no que diz respeito a crianças menores de 5 anos, adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e idosos; e a meta 3.3, que objetiva, até 2030 acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e menores de 5 anos. Biadgilign *et al.* (2019) argumenta que algumas literaturas revelam a relação entre a boa governança e a menor mortalidade e maior expectativa de vida.

O cluster em verde, denominado de **Cluster 2** apresenta o estudo, também abordado anteriormente, *‘Legislating for public accountability in universal health coverage, Thailand’*. Duas metas podem ser destacadas nessa iniciativa: a meta 16.7, do ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) que objetiva a garantia da tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis; e a 17.7 que busca o incentivo e promoção de parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes. Kantamaturapoj *et al.* (2020), a esse respeito, diz que “a governança participativa pode melhorar o desempenho do sistema de saúde. Parcerias e oportunidades para diálogo entre várias partes interessadas são, portanto, importantes para governança do setor saúde.”

O cluster em azul, denominado de **Cluster 3**, trata do estudo intitulado de *‘A global spatial analysis reveals where marine aquaculture can benefit nature and people’*, que aborda uma análise dos benefícios da aquicultura na natureza e na vida das pessoas. Foram analisados fatores ambientais, socioeconômicos (como a qualidade da governança) e fatores de saúde humana para identificar oportunidade de desenvolvimento do setor. A meta 14.1 do ODS 14 (Vida na água) reflete parte do objetivo do estudo ao almejar a conservação e o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos. Theuerkauf, Morris, Watters, Wickliffe, Alleway e Jones, (2019) argumentam que os esforços direcionados podem beneficiar esses locais de grande oportunidade com a construção de capacidade técnica para o desenvolvimento da atividade, melhorar a governança do setor e também o desempenho econômico e ambiental em prol da geração de benefícios direcionados aos ecossistemas e comunidades.

O cluster em amarelo, denominado de **Cluster 4**, apresenta o trabalho intitulado de *‘Governance assessment of the UAVs implementation in Rwanda under the fit-for-purpose land administration approach’*, que trata da avaliação da governança, através do FGAF (*Fit-for-purpose*

governance assessment frame work), relacionando a abordagem FFP (*Fit For Purpose*) com a Ferramenta de Avaliação de Governança (GAT), no contexto da implementação de veículos aéreos não tripulados (UAV) na administração sustentável de terras na Ruanda. O ODS 15 dialoga com a proposta do trabalho, corroborando com um dos objetivos do trabalho, que de acordo com os autores que afirmam que os “resultados derivados da aplicação do nosso framework podem contribuir para aqueles Objetivos de Desenvolvimento (ODS) relacionados à administração de terras”, além disso, eles afirmam que se as recomendações de política baseadas na abordagem FFP forem implementadas podem apoiar a realização dos ODS na Ruanda (Flores, Tan, Buntinx, Crompvoets, Stöcker & Zevenbergen, 2020).

Por fim, o cluster em roxo, denominado de **Cluster 5**, propõe um sistema de avaliação e estudo sobre a qualidade da governança local na China através do trabalho intitulado ‘*Assessment system and empirical study on China's local governance quality*’. Assim como outro trabalho abordado anteriormente, esse apresenta uma metodologia baseada na análise multicritério (Tang, Tang, Liu, Wang, Lin e Su, 2018). Esse trabalho dialoga com o ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) ao abordar um estudo sobre a governança a nível local na China, contribuindo para o desenvolvendo sustentável local.

3.2. Co-word

O mapa de co-word permite identificar as palavras-chave que mais ocorrem entre os artigos selecionados e a ligação entre elas. Antes de adentrar diretamente no mapa, foram selecionadas as 10 palavras-chave com maior ocorrência.

Tabela 4- Palavras com maior ocorrência

Keyword	Ocorrência
Governance approach	20
Local government	11
Public administration	10

Governance	9
Article	7
Public policy	7
Sustainable development	7
Human	6
Humans	6
Government	6

Fonte: Elaborada pelos autores

Um destaque especial deve ser dado a algumas palavras-chave: a primeira é *local government*, devido a delimitação para análise de pesquisas sobre a governança em nível local; *public policy*, que mantém estreita ligação com o processo de governança, como aborda a definição de governança de Wilde et al. (2009) como citado em Czepil (2020) como “processos por quais decisões de políticas públicas são tomadas e implementadas”; e *sustainable development*, crucial para o desenvolvimento sustentável, como argumentado por Yang e Holzer (2006) como citado em Da Cruz e Marques (2017) que envolvendo tópicos importantes, dentre eles a transparência das transações, Estado de Direito e responsabilização quanto as decisões “há um senso crescente de que "governança é importante" e que a "boa governança" é crucial para o desenvolvimento sustentável e para estabelecer um clima de confiança entre instituições e partes interessadas”.

Abaixo também são abordadas as 10 palavras com maior força de ligação.

Tabela 5- Palavras com maior força de ligação

Keyword	Força de ligação
Governance approach	67

Article	42
Human	38
Humans	38
Government	32
Local government	28
Public policy	28
Sustainable development	28
Socioeconomics factors	27
Socioeconomics	27

Fonte: Elaborada pelos autores

A maioria das palavras com maior ocorrência também são apresentadas com maior força de ligação, com exceção de *public administration* e *governance* que dão lugar para *socioeconomics factors* e *socioeconomics*.

Por fim, é apresentado o mapa de co-word apresentando os 4 clusters formados com as 41 palavras selecionadas.

Já o cluster em azul, denominado de **Cluster 3** e que possui 8 itens, apresenta palavras-chave direcionadas aos fatores humanos, saúde pública e fatores socioeconômicos. Esse cluster se encontra direcionado a fatores sociais que possuem implicação no desenvolvimento sustentável.

Por fim, o cluster em amarelo, denominado de **Cluster 4**, com 5 itens, aborda palavras-chave como *public governance*, *corporate governance* e *economic growth*. Esse cluster aborda os aspectos da governança propriamente direcionados a administração, como governança pública e corporativa.

De modo geral, os clusters apresentam conexão com temas relacionados com a governança, passeando entre o desenvolvimento sustentável global e local, sustentabilidade, abarcando fatores econômicos, sociais, ambientais, além de governança pública e corporativa, e principalmente, no que diz respeito ao interesse do trabalho, sobre a qualidade da governança, bem como a sua avaliação. Essa divisão em clusters é necessária para identificar os trabalhos de maior contribuição no sentido do interesse da pesquisa e em que áreas a questão da governança está sendo explorada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agenda 2030, que abarca os ODS funciona como um plano de ação que objetiva nortear o planeta a um futuro mais sustentável. No entanto, para que esse plano de ação possa ser efetivado, é necessário um esforço conjunto de toda a sociedade na busca estratégias para pôr em prática os objetivos e metas propostos. Em nível municipal, um dos pontos cruciais, não apenas na implementação dos ODS, mas também no funcionamento da gestão municipal como um todo, é a governança. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, a governança pode ser definida como “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”. A governança objetiva o bom andamento da gestão, visando a efetivação de políticas públicas e serviços em prol de toda a sociedade. Logo, torna-se importante que toda a sociedade esteja incluída no processo de governança. Sendo assim, é possível pensar na conexão de uma estrutura de governança firme para condução do desenvolvimento sustentável em nível municipal, incluindo a implementação dos objetivos e metas propostos pela Agenda 2030.

Contudo, tomando a importância da governança para os ODS em nível municipal, é necessário se pensar também uma estrutura de governança que abarque a avaliação do seu funcionamento. Pensando nisso, o trabalho objetivou mapear, através de análise bibliométrica, as publicações na base de dados Scopus que abordassem a avaliação da governança no âmbito dos ODS em nível municipal e/ou publicações que tratassem da avaliação da governança local, visando contribuir para pesquisas futuras para construção de uma estrutura de avaliação de governança municipal dos ODS.

De acordo com as palavras-chave e operadores booleanos escolhidos para a busca na base de dados, foi possível identificar a carência de trabalhos com ênfase na avaliação da governança no âmbito dos ODS. No entanto, ao passo que se identificou essa carência, também foi possível mapear trabalhos que abordavam indicadores de governança, índices de governança e estruturas de avaliação a nível local, mesmo que em outras áreas. Foi possível identificar relação com alguns ODS, mesmo de maneira indireta, como o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 3 (Saúde e Bem-estar), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ODS 14 (Vida na Água), ODS 15 (Vida Terrestre), ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação). A contribuição dos trabalhos encontrados é de extrema importância na construção futura de modelos de avaliação da governança que envolva os ODS. Toma-se como exemplo os trabalhos mapeados de Da Cruz e Marques que aborda um conjunto de diretrizes para estruturação de uma ferramenta para a avaliação da governança a nível local, assim como o trabalho de Huang, McDonald e Seto que buscam mensurar o impacto da governança no contexto do uso das terras e conservação da biodiversidade.

A identificação da carência dos trabalhos que abordam a avaliação da governança no âmbito dos ODS a nível local abre um leque de oportunidades para pesquisas futuras na área, não apenas para a estruturação de modelos de avaliação, como já mencionado anteriormente, mas também na identificação dos motivos pelos quais ocorre essa carência de estudos, assim como na pesquisa e construção de indicadores de governança alinhados com os ODS.

A pesquisa proporcionou, através do mapeamento dessas publicações, identificar as lacunas que podem ser preenchidas através de novas pesquisas, como a carência de estudos que tratem especificamente da governança relacionada a implementação dos ODS, a necessidade de uma implementação integrada e monitoramento nas ações de implementação, as vertentes que podem

ser trabalhadas dentro da implementação dos ODS e avaliação de governança a nível local, assim como contribuições acerca do desenvolvimento sustentável local. Deixando-se assim, como sugestões de pesquisas futuras na área.

CAPÍTULO 2: AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA NA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS AO TEMA (2015-2021)²

RESUMO: A preocupação com o futuro do planeta despertou, nos últimos anos, a necessidade de mudança frente à atual forma de interação entre homem e o meio ambiente, abarcando fatores econômicos, sociais, ambientais e institucionais. Nesse sentido, a ONU e seus países membros definiram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015, traçando na Agenda 2030 um plano de ação para os próximos 15 anos. Contudo, a implementação desses objetivos requer um esforço direcionado à transformação do pensamento hodierno e, conseqüentemente, de atitudes que almejem a sustentabilidade planetária. A Agenda 2030 cita a governança como fator fundamental para o desenvolvimento sustentável e na implementação desses objetivos, indicando a necessidade de avaliação de possíveis progressos e obstáculos. Objetivando mapear trabalhos que abordassem a avaliação da governança na implementação dos ODS, assim como em outras áreas, para fornecimento de subsídio teórico e contribuições para pesquisas futuras direcionadas aos ODS, foi realizado o levantamento de artigos nas bases Scopus e Web of Science visando resolver a seguinte indagação: com que frequência a abordagem de temas relacionados à governança alcança a discussão acerca dos ODS? Foi verificada uma lacuna direcionada aos trabalhos que abordassem a avaliação da governança na implementação dos ODS de forma integrada. No entanto, mesmo em pequeno número, também foram identificados estudos práticos e teóricos de grande contribuição no sentido da avaliação da governança.

Palavras-chave: ODS; Governança local; Governança; Avaliação da governança.

² Joyce Souza Silva

Maria de Fátima Martins

Amilson Albuquerque Limeira Filho

ABSTRACT: Concern about the future of the planet has awakened, in recent years, the need for change in the face of the current form of interaction between man and the environment, encompassing economic, social, environmental and institutional factors. In this sense, the UN and its member countries defined the Sustainable Development Goals (SDGs) in 2015, outlining in the 2030 Agenda an action plan for the next 15 years. However, the implementation of these objectives requires an effort aimed at transforming today's thinking and, consequently, attitudes that aim at planetary sustainability. The 2030 Agenda cites governance as a fundamental factor for sustainable development and in the implementation of these goals, indicating the need to assess possible progress and obstacles. Aiming to map works that approach the evaluation of governance in the implementation of the SDGs, as well as in other areas, to provide theoretical support and contributions to future research directed to the SDGs, a survey of articles was carried out in the Scopus and Web of Science databases in order to resolve the following question: how often does the approach to issues related to governance reach the discussion about the SDGs? There was a gap aimed at works that addressed the assessment of governance in the implementation of the SDGs in an integrated manner. However, even in small numbers, practical and theoretical studies of great contribution towards the evaluation of governance were also identified.

Keywords: SDGs; Local governance; Governance; Governance assessment.

1. INTRODUÇÃO

Em 2000, durante a Cúpula do Milênio, a ONU lançava os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com apoio de 191 nações, incluindo o Brasil, propondo o cumprimento de suas metas até o ano de 2015, objetivando o desenvolvimento de um mundo melhor. Segundo Roma (2019), os ODM tinham por finalidade a obtenção de pretenso progresso mundial culminando na extinção da extrema pobreza e da fome, considerados os principais problemas que afetavam o mundo de maneira direta, principalmente as populações mais pobres. Para dar continuidade ao projeto iniciado pelos os ODM em 2000, a Assembléia Geral da ONU, junto com chefes de estado e representantes dos 193 países-membros, adotava-se, em 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, composto por 17 objetivos e 169 metas integrantes da Agenda 2030, consistindo em plano de ação para os próximos 15 anos, direcionado à obtenção do desenvolvimento humano e

socioambiental em suas diversas nuances.

No entanto, a tarefa de implementar os ODS não é tão fácil quanto se imagina, pois requer o comprometimento e emprego de esforço contínuo por parte de órgãos, agentes públicos, entidades de personalidade jurídica pública e privada, ONG's, segmentos sociais e demais atores e representantes da sociedade civil organizada, atuando conjuntamente e de forma articulada, com vistas a garantir a efetividade de tais ações nas múltiplas dimensões em que passam a ser preconizadas. É nessa perspectiva de cooperação, responsabilização e universalização de deveres voltados à consecução dos citados objetivos, que a governança se encontra inserida. Graham, Amos e Plumtre (2003, p.2) definem a governança como o conjunto das “(...) interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder e as responsabilidades são exercidos, como as decisões são tomadas e como cidadãos ou outras partes interessadas têm uma palavra a dizer”, fundamentando esse conceito em três palavras-chave: poder, relacionamentos e responsabilidade.

Outro ponto importante na busca do cumprimento dos ODS é a avaliação da governança no sentido da implementação. Gomes, Albernaz, Nascimento e Torres (2016, p.77), ao tratar sobre as discussões relacionadas às metodologias de acompanhamento dos ODS, aborda a importância da “avaliação da governança e do desempenho das políticas públicas; avaliação da coerência entre o compromisso com os ODS e as políticas públicas” como pontos-chave para a implementação dos ODS em curto, médio e longo prazo.

É na perspectiva da importância da governança e de sua avaliação na implementação dos ODS, que o presente trabalho buscou identificar nas bases de dados Scopus e Web of Science, publicações que tratassem da avaliação e relação da governança com o alcance dos ODS em seus diversos níveis de extensão. Ademais, observa-se, a priori, que a expansão da avaliação de trabalhos, não apenas em nível dos ODS, tem sido realizada no sentido de se construir base teórica sobre avaliação da qualidade da governança, metodologias e estruturas que estão sendo utilizadas nas mais diversas aplicações, objetivando mapear bibliografias para aplicações futuras e específicas direcionadas ao alcance otimizado dos ODS. A expansão para outros temas parece ocorrer, ainda, pela escassez de trabalhos que relatam essa relação da governança com a implementação dos ODS.

Observa-se, no entanto, certa dificuldade em se localizar literatura específica apta ao trato sistematizado de temas que envolvam a governança como ponto de partida para o alcance efetivo dos ODS, circunstância que circunscreve o problema de pesquisa à seguinte indagação: com que frequência a abordagem de temas relacionados à governança alcança a discussão acerca dos ODS?

Desse modo, considerando a dificuldade de acesso à literatura especializada, bem como a influência crescente que temas de governança passam a exercer sobre a agenda de metas definidas pelos ODS, parte-se à exposição e detalhamento metodológico, com sequência na apresentação dos resultados e conclusões mediante análise comparativa dos resultados obtidos através do emprego da técnica bibliométrica, acompanhada da reunião dos principais achados teóricos, como conceitos de governança e trabalhos voltados às abordagens qualitativas de materialização dos ODS em áreas diversificadas, seguido de tópico que trata especificamente dos principais escritos que correlacionam a literatura que aborda a governança sob a ótica de materialização dos ODS.

2. METODOLOGIA

A pesquisa realizada é do tipo quali-quantitativa, de natureza básica e quanto ao objetivo exploratória, tendo sido empregado o procedimento bibliográfico, consistindo no levantamento bibliográfico da literatura que correlaciona o conceito de governança com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo instrumentalizada através do emprego da técnica bibliométrica, a partir da qual estrutura-se análise dos estudos publicados em livros, artigos e relatórios (Ferreira, 2011) para fins de compreensão, avaliação e sistematização da produção acadêmico-científica de maior relevância para a investigação da temática considerada (Ramos-Rodríguez & Ruíz-Navarro).

Para obter documentos similares, a pesquisa foi realizada em duas bases de dados, a *Scopus* e a *Web of Science*, utilizando as mesmas palavras-chave, operadores booleanos e filtros. As palavras-chave e operadores booleanos (*AND* e *OR*) escolhidos foram os seguintes: ("*governance index*" *OR* "*governance indicator*" *OR* "*governance indicators*" *OR* "*governance quality*") (*TITLE-ABS-KEY*) *AND* ("*municipal governance*" *OR* "*local governance*" *OR* "*public governance*" *OR* "*municipal*" *OR* "*local*" *OR* "*public*") *TITLE-ABS-KEY* *AND* ("*sustainable development goals*" *OR* "*SDG**" *OR* "*sustainable development*" *OR* "*sustainability*") *TITLE-ABS-KEY* *OR* ("*governance index*" *OR* "*governance indicator*" *OR* "*governance indicators*" *OR* "*governance quality*") *TITLE-ABS-KEY* *AND* ("*municipal governance*" *OR* "*local governance*" *OR* "*public governance*" *OR* "*municipal*" *OR* "*local*" *OR* "*public*") *KEY*.

As publicações foram filtradas, inicialmente, pelo ano de publicação, sendo escolhidos os documentos publicados a partir de 2015, ano de lançamento da Agenda 2030. O segundo filtro realizado foi o tipo de documento, onde foram escolhidos apenas os artigos. Por fim, os documentos

foram filtrados pelos idiomas inglês, espanhol e português. Ambos os arquivos foram salvos em *Excel* com o registro completo.

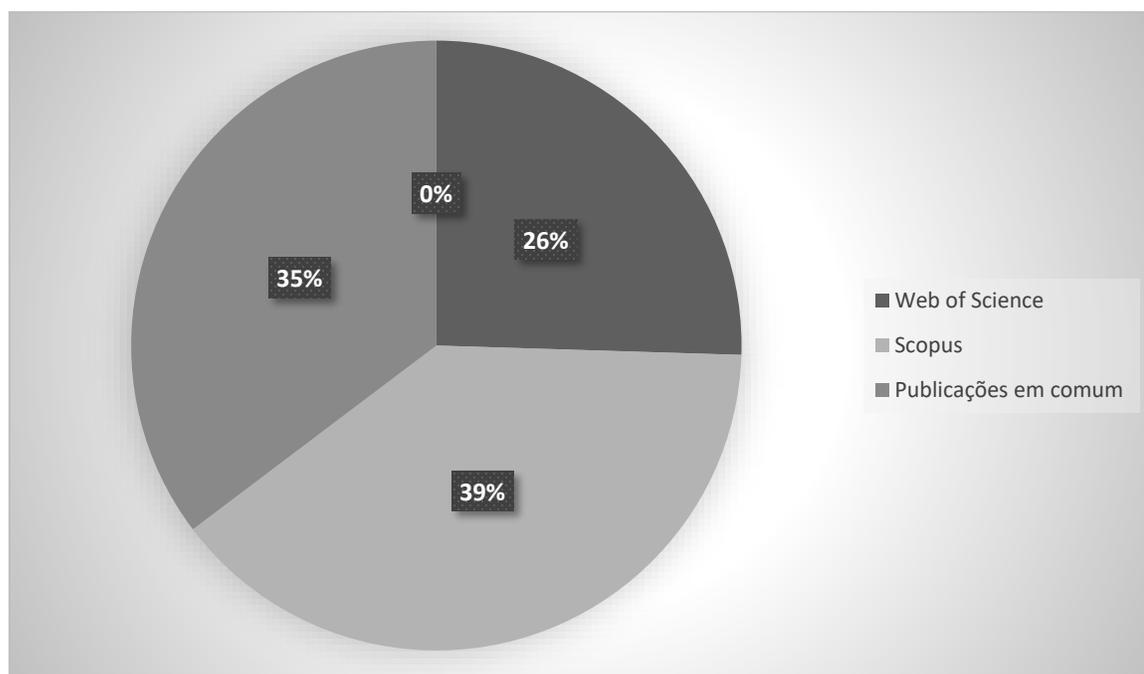
A análise dos artigos foi realizada a partir da leitura completa, objetivando identificar os principais conceitos referentes à avaliação da governança local e a implementação dos ODS, referências importantes e trabalhos que abordam a temática. Além disso, realizou-se a comparação das publicações encontradas em ambas as bases, como número de artigos e as publicações em comum.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Análise comparativa dos resultados obtidos nas bases de dados

Foi realizada, inicialmente, uma análise comparativa quantitativa dos artigos encontrados na *Scopus* e na *Web of Science*, onde os resultados são retratados graficamente, por base de dados, na Figura 4.

Figura 4- Número de publicações por base de dados

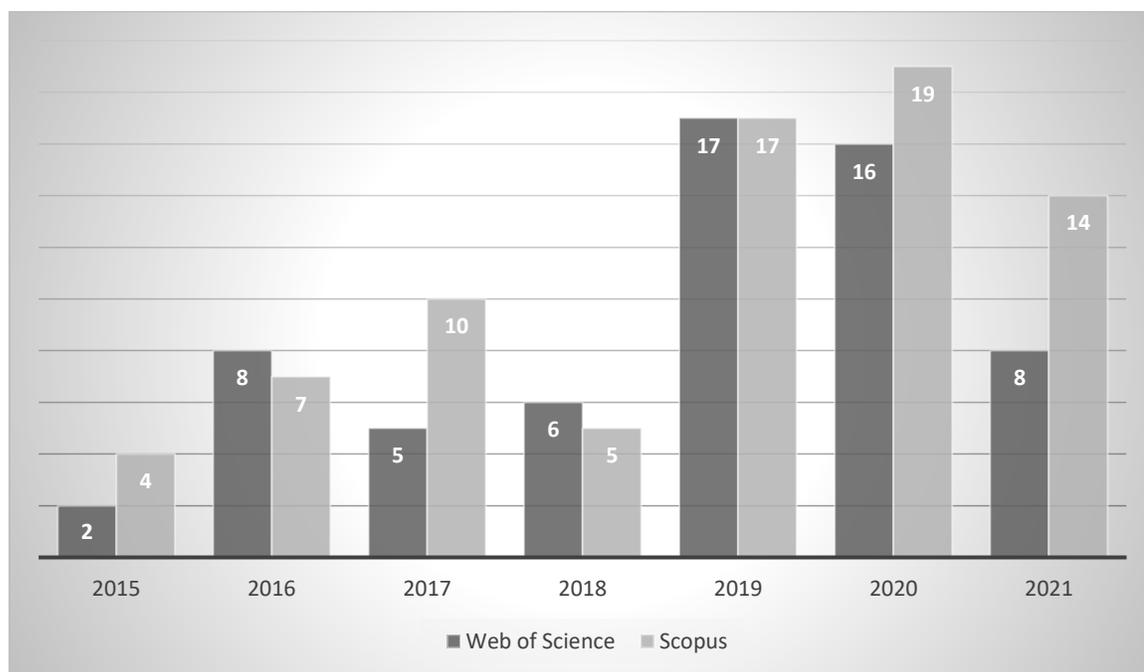


Fonte: Elaborada pelos autores

Foram encontrados 102 artigos, somando os resultados das duas bases de dados, 62 encontrados na *Web of Science* e 76 na *Scopus*, sendo 36 artigos em comum nas duas bases de dados, ou seja, encontrados em ambas, reduzindo o número de publicações encontradas exclusivamente na *Web of Science* para 26 e na *Scopus* para 40.

Abaixo, na Figura 5, os artigos são agrupados por base de dados, onde os números de publicações para cada uma delas são indicadas no recorte temporal (entre 2015 e 2021) escolhido para formação de base dados utilizada na pesquisa.

Figura 5- Número de artigos publicados por base de dados entre 2015 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores

É possível observar que o número de publicações aumentou ao longo dos anos, se concentrando, principalmente, entre 2019 e 2020. Vale salientar que a pesquisa foi realizada antes do final de 2021 e por isso não considera os artigos que poderão ser publicados nos meses seguintes do corrente ano.

3.2. Governança

Nesta seção foram reunidos alguns dos conceitos de governança abordados nos artigos encontrados. Além disso, também foram extraídos desses artigos importantes citações sobre a qualidade da governança e sua influência nas mais diversas áreas. Existem vários conceitos de governança na literatura, com vários significados e adaptações de acordo com a área na qual é aplicada, no entanto, a maioria deles concorda que a governança remete à qualidade institucional e à forma com a qual os indivíduos envolvidos nos processos de gestão atuam com a finalidade de consecução de determinado objetivo.

Quadro 1- Conceitos de governança

CONCEITO DE GOVERNANÇA	REFERÊNCIA
"as tradições e instituições pelas quais a autoridade em um país é exercida. Isso inclui (a) o processo pelo qual os governos são selecionados, monitorados e substituído; (b) a capacidade do governo de formular e implementar políticas sólidas com eficácia; e (c) o respeito dos cidadãos e do estado pelas instituições que governam as interações econômicas e sociais entre eles."	Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2010, p. 4)
"processos por quais decisões de políticas públicas são tomadas e implementadas"; "o resultado de interações, relacionamentos e redes entre os diferentes setores (governo, setor público, setor privado e sociedade civil) e envolve decisões, negociações e diferentes relações de poder entre as partes interessadas para determinar quem obtém o quê, quando e como".	Wilde et al. (2009, p.5 como citado em Czepil, 2020)
"um novo modo de governar que é distinto do modelo de controle hierárquico, um modo mais cooperativo onde atores estatais e não estatais participam de redes mistas públicas/privadas."	Mayntz, (2001, p. 35 como citado em Fernández-Tabales, Foronda-Robles, Galindo-Pérez-de-Azpillaga, & García-López, 2017)
"a análise e compreensão dos problemas por políticos eleitos e nomeados e sua equipe sênior, a formulação de políticas, o processo de deliberação e cogitação, o	6 (2004, p.2 como citado em Da Cruz & Marques, 2017)

processo de cultivar e exercer o julgamento político, a tomada de decisões e a supervisão e o escrutínio que outros políticos e reguladores exercem.”	
“pode ser entendido como a forma como as ações públicas são pautadas, numa perspectiva de manutenção dos valores constitucionais, na face de problemas, ambientes e agentes em constante mudança.”	OCDE (2006, p.16 como citado em Amaral, Mato & Iquiapaza, 2018)

Um dos conceitos mais utilizados de governança nos artigos analisados é o conceito de Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2010). Os autores, em seu trabalho intitulado de ‘*The World Wide Governance Indicators: Methodology and Analytical Issues*’, abordam os indicadores de governança mundial, sendo estes: voz e responsabilidade; estabilidade política e ausência de violência/terrorismo; eficácia do governo; qualidade regulatória; Estado de Direito e controle de corrupção.

Esse conceito é abordado por Bayar (2016) para introduzir a importância e impacto da governança no crescimento econômico de longo prazo, sendo alvo de estudos que buscam explorar e mensurar esse impacto, onde a maioria deles utilizam os Indicadores de Governança Mundial (*Worldwide Governance Indicators – WGI*) na análise dessa relação. Ben Ali e Ben Abdul Aziz Al Yahya (2019) também abordam esse conceito ao investigar o efeito da governança na dívida pública através dos *WGI*, demonstrando uma relação onde a má governança transmuta-se em má administração da dívida pública. Im e Choi (2018) também citam o conceito para realizar uma avaliação crítica dos índices que são utilizados para avaliar o desempenho do governo no aumento da competitividade nacional, citando os *WGI* como um exemplo de índice que auxilia na compreensão sobre como o governo promove competitividade. O conceito também é abordado por Tarek e Ahmed (2017) ao analisar a relação da qualidade institucional e da dívida pública, utilizando-se também dos *WGI* nessa análise.

Wilde *et al.* (2009, p.5 como citado em Czepil, 2020) conceitua governança em nível local e Czepil (2020) tomando essa definição, acrescenta que a governança não é um conceito concebido apenas para órgãos do governo formalizados, mas também para outras entidades que possam desempenhar um papel auxiliar. A partir disso, é possível argumentar que a governança não é

exercida apenas pelo governo, mas também por diversas instituições, organizações, entidades, sujeitos e atores sociais.

Mayntz (2001, p. 35 como citado em Fernández-tabales *et al.*, 2017) amplia os conceitos de governança vistos anteriormente. Nesse conceito, a palavra cooperação se sobressai ao alinhar que a rede de governança é composta não apenas por atores estatais, pois se trata de uma rede mista. A participação dos mais diversos setores, como instituições privadas, organizações não governamentais, membros da sociedade civil, além do próprio governo, dentre outros, nos processos decisórios de gestão, trabalhando em prol do bem público, é uma característica singular da governança pública ao considerar todos os interessados como importantes e necessários nos processos.

Da Cruz e Marques (2017) complementam o conceito abordado argumentando que “a “qualidade” da governança local está ligada às práticas reais dos governos locais e “nível de governança” se relaciona ao grau de cumprimento e observância dos critérios exigidos. Aqui, os autores já colocam o conceito de governança, mesmo que indiretamente, enquadrado em um plano de avaliação quanto à qualidade e ao nível de governança, interligados pela importância de ações individuais em âmbito local.

Amaral, Mato e Iquiapaza (2018) vão além, complementando o conceito no âmbito da governança pública a abordando como os arranjos formais e informais que conformam a tomada de decisão, além de argumentar sobre a importância da responsabilidade dos agentes envolvidos nos processos de tomada de decisões.

A qualidade da governança, bem como o nível de governança são pontos cruciais para a compreensão de como a ação dos agentes envolvidos nos processos decisórios podem afetar no bom andamento do serviço público local. A maioria das publicações analisadas na pesquisa abordam a qualidade da governança nas mais diversas áreas e como a compreensão e avaliação, nesse sentido, pode ser importante na melhoria das ações e práticas nas áreas direcionadas.

Oydele (2012 como citado em Asuquo, Lashinde e Adu, 2021) escreve acerca da importância da boa governança para garantir o fornecimento de forma eficaz e eficiente de infraestrutura, argumentando que a mesma promove a responsabilização, reduz a corrupção e minimiza, simultaneamente, o desperdício de recursos, garantindo que sua alocação ocorra

consoante prioridades do desenvolvimento nacional. Nesse sentido, a boa governança torna-se crucial para o desenvolvimento econômico pátrio, já que está relacionada à alocação de recursos pelos indivíduos envolvidos de forma responsável e ética, garantindo a consecução dos objetivos traçados nacionalmente.

Ademais, vale salientar que a melhoria da qualidade da governança local tem tido importância considerável nas ações de promoção do desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável (Aksoy & Tumen, 2021), o que Su e Bui (2017) compreendem como ponto crucial para alcance de uma boa governança pública, sendo de extrema importância também dentro da agenda estratégica de países em processo de desenvolvimento político, realizando abordagem com foco nos seus principais elementos: responsabilidade, transparência, eficiência, eficácia, capacidade de resposta e Estado de Direito.

3.3. Governança e ODS

Nesse tópico foram reunidas as publicações que tratam diretamente ou indiretamente dos ODS e seu grau de relevância nos processos de governança, bem como citações consideradas importantes na compreensão dessa relação e em suas aplicações, seja nos ODS de maneira isolada, seja de forma integrada.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são notavelmente um conjunto de esforços em todos os âmbitos da sociedade para a construção de um futuro socioambientalmente equilibrado. Tais objetivos emergiram de uma necessidade relacionada à mudança no relacionamento homem *versus* meio ambiente, onde estão enquadrados os âmbitos econômico, social, ambiental e institucional, visando proporcionar a manutenção de recursos do planeta para as gerações futuras, visto que no ritmo atual, diante das ações humanas, essa possibilidade mostra-se de modo cada vez mais problemático.

Os ODS presentes na Agenda 2030 consistem em plano de ação voltado à melhoria das relações homem-natureza, com foco em ações de preservação, conservação e uso racional de recursos naturais. Reunindo 17 objetivos que englobam 169 metas, a Agenda 2030 busca promover meios para que as nações se desenvolvam, objetivando melhoria na qualidade de vida da população, respeitando os limites do planeta. No entanto, visando a implementação dessas metas e

consequentemente dos seus objetivos, torna-se necessário a cooperação global em uma força-tarefa voltada ao alcance final do próprio desenvolvimento sustentável. Para a consecução dessas metas e objetivos, emerge a importância de uma estrutura de governança eficiente e responsável. Nesse aspecto, é válido destacar que a Agenda 2030 trabalha a governança em seus objetivos nos ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

Ahmed e Araral (2019), ao investigarem sobre a governança da água na Índia realizaram um estudo para avaliar se a governança da água em oito estados indianos teve melhoria após o anúncio dos ODS. Os autores abordam que a Índia, em coordenação com os governos estaduais, se comprometeu em implementar os ODS no momento da sua adoção pela ONU, incluindo o ODS 6 que preconiza o direito de acesso à água potável e ao saneamento. O estudo utilizou dados de pesquisas realizadas antes e após o anúncio dos ODS em 2015 e concluiu que houve aumento das pontuações médias na legislação da água, política e administração, entre a pesquisa realizada antes e após o anúncio.

Bradshaw *et al.* (2019), em sua pesquisa sobre a influência de determinantes socioeconômicos e ambientais na saúde infantil na África, utilizaram a qualidade da governança como um dos indicadores de desempenho na saúde infantil. Uma das hipóteses formuladas pelos autores para o estudo é de que “a qualidade da governança de um país seria correlacionada com a saúde infantil média, dado as evidências de que aumentar a democracia e, portanto, reduzir a corrupção, geralmente melhora os resultados de saúde infantil.” Os resultados obtidos pelos autores demonstram importante relação da qualidade da governança na saúde infantil, além de enfatizar a importante relação do ODS 3 (Saúde e bem-estar) e ODS 6 (Água potável e saneamento), argumentando que o investimento contínuo em água potável e em saneamento é de extrema importância na melhoria das condições de saúde infantil.

Ainda na perspectiva da saúde, Ruiz-Cantero, Guijarro-Garvi, Bean, Martínez-Riera e Fernández-Sáez, (2019) trabalham a governança na redução da mortalidade materna, comprovando através de números que as metas traçadas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM para a redução da mortalidade materna não foram totalmente alcançadas, necessitando de esforços para otimização dos resultados constatados. Os autores concebem a governança como um importante fator estrutural nessa redução, inclusive reconhecido pela comunidade internacional e incorporado nos ODS, citando o ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), que especifica a

necessidade de melhoria nas taxas de corrupção pública, responsabilidade governamental e o Estado de Direito.

Flores, Tan, Buntinx, Crompvoets, Stöcker & Zevenbergen (2020) tratam da governança na implementação de veículos aéreos não tripulados para administração do uso sustentável de terras em Ruanda através da abordagem *'fit-for-purpose'*, citando que “a implementação de nossas recomendações de política, com base na abordagem FFP de “direitos à terra para todos” pode apoiar a realização dos ODS em Ruanda”.

Sokolow, Kennedy e Attwood (2019) em seu trabalho sobre a comparação da pegada hídrica e densidade de nutrientes das safras para a sustentabilidade do sistema alimentar, abordam que a relação entre a nutrição humana e o uso dos recursos disponíveis para suprir a alimentação da população mundial, que vem crescendo continuamente, requer maior atenção dos tomadores de decisão em todos os níveis de governança. Os autores citam o reconhecimento dos ODS quanto à contribuição da nutrição e os recursos de água doce para o desenvolvimento sustentável, assim como na melhoria da qualidade de vida da população. No entanto, eles realizam uma crítica aos ODS quanto à falha na vinculação de iniciativas que dizem respeito à saúde e ambiente, como com questões relacionadas à segurança alimentar e sustentabilidade de recursos hídricos, no estabelecimento de objetivos e metas comuns.

Mesmo que estudados, discutidos, abordados ou analisados de maneira isolada, os ODS apresentam uma relação holística, onde a consecução de cada um depende diretamente ou indiretamente de suas integrações nos âmbitos social, econômico, ambiental e institucional em prol do equilíbrio da relação homem *versus* meio ambiente. Beleneși, Bogdan e Popa (2021) citam que “a Agenda 2030 requer uma abordagem complexa em múltiplas dimensões, representando um quadro de referência para a conservação e capitalização dos recursos naturais e humanos e garantindo a proteção dos direitos humanos”, ou seja, a implementação da Agenda 2030 visa justamente esse equilíbrio nos âmbitos citados, buscando uma relação de sintonia, onde a qualidade da vida humana e manutenção dos recursos naturais fornecidos pelo meio devem ser respeitados dentro dos limites do planeta. Os autores ainda acrescentam que os ODS requerem “um estudo completo e análise aprofundada das direções em que o progresso foi feito no desenvolvimento sustentável, bem como onde ocorrem desafios ou ameaças em relatórios sustentáveis, por meio de

monitoramento e avaliação”, sendo a governança, nesse sentido, fator essencial tanto à implementação, quanto ao monitoramento e avaliação dos aspectos citados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urgência de uma mudança de atitude frente aos diversos problemas globais causados pela ação humana destrutiva ao longo de centenas de anos, demanda de todos (governo, sociedade civil organizada, instituições privadas, etc) uma força-tarefa que objetive a transformação de pensamentos e, conseqüentemente, de atitudes consolidadas por anos de descaso e irresponsabilidade socioambiental. A Agenda 2030 foi lançada para dar continuidade ao plano de ação traçado pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM e expandir as metas especificadas nos 15 anos anteriores, além de renovar as metas já traçadas e direcioná-las para os problemas atuais. A agenda, assim como os ODS, trabalham os 5Ps: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria, abrangendo problemas como pobreza, fome, desenvolvimento econômico, igualdade, sustentabilidade ambiental, paz, segurança, boa governança, dentre outros temas importantes.

Em se tratando de governança, a própria Agenda 2030 trás em seu escopo diversas especificações sobre sua importância na implementação dos objetivos. A agenda cita que a democracia, Estado de Direito, boa governança e meio ambiente favorável nos níveis internacionais e nacionais “constituam elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável, além do crescimento econômico inclusivo e sustentado, desenvolvimento social, proteção ambiental e erradicação da pobreza e da fome.” A agenda também reconhece a importância do planejamento estratégico, implementação e elaboração de relatórios, com a finalidade de constituir apoio crescente e integrado na implementação dos objetivos, além de expressar a importância da tomada de medidas dos órgãos de governança relevantes na revisão desse apoio à implementação e informação de como está ocorrendo o progresso e quais os obstáculos devem ser superados (Organização das Nações Unidas [ONU], 2015).

Objetivando avaliar os trabalhos no sentido da avaliação da governança na implementação dos ODS, além de expandir para a importância da avaliação da governança em outras áreas temáticas, o trabalho selecionou artigos que contemplassem referências importantes na constituição

de uma base bibliográfica que permita reflexão abrangente e integrada do que está sendo publicado nesse sentido, do que pode ser estudado posteriormente, das lacunas existentes no trato simultâneo dos assuntos e das contribuições dos trabalhos em áreas conexas, a fim de se alcançar melhor compreensão de como se deve avaliar a governança mediante implementação dos ODS.

Os resultados mostraram a carência de publicações que trabalham a avaliação da implementação dos ODS de forma integrada e que tratam de uma metodologia específica para tal avaliação, considerando as particularidades demandadas pelos ODS. No entanto, por outro lado, mesmo que ainda em um número muito pequeno, foi possível identificar uma série de artigos que fornecem tanto base teórica, no sentido definir a governança e seus termos, quanto estudos práticos que demonstram a sua importância na avaliação em outras áreas temáticas e dos ODS de forma isolada. Ambas as bases de dados (*Scopus* e *Web of Science*) apresentaram artigos relevantes para estudos posteriores nesse sentido, no entanto, a área de pesquisa ainda é pouco explorada. Foi identificada uma necessidade notável de estudos que abordassem uma metodologia específica para a avaliação da governança no sentido da implementação dos ODS. A própria Agenda 2030 apresenta essa necessidade de avaliação tanto do ponto de vista do progresso obtido, quanto dos obstáculos enfrentados, ressaltando-se a importância da boa governança no desenvolvimento sustentável.

Além das duas bases de dados utilizadas na pesquisa, *Scopus* e *Web of Science*, como sugestão de pesquisas futuras, sugere-se a expansão para outras bases de dados. Além disso, como precursores dos ODS, os ODM também se tornaram importantes objetivos, sugerindo-se que para pesquisas futuras, poderia ser atualizado o recorte temporal, para que o mesmo abarque os anos anteriores os ODS e após os ODM.

CAPÍTULO 3: MÉTODO PARA AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA MUNICIPAL, ALINHADA AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)³

RESUMO

Visando o desenvolvimento sustentável do planeta frente aos desafios gerados por anos de ações humanas degradantes, a ONU e seus países membros definiram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015, que propõe um plano de ação para os próximos 15 anos. Mesmo considerando os ODS como objetivos globais, as ações municipais de implementação são de extrema importância no sentido de cooperação entre as alianças globais, nacionais, regionais e locais. Tomando a importância da boa governança abordada na Agenda 2030, o trabalho propôs uma estrutura de avaliação da governança municipal, alinhada aos ODS. A partir de amplo levantamento bibliográfico foi possível reunir os principais aspectos da governança especificados na literatura pesquisada, assim como os indicadores utilizados na conformação do método proposto. Essa estrutura se trata de um roteiro para auxiliar os gestores municipais na avaliação da governança, levando em consideração as metas propostas pelos ODS.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; ODS; Governança Municipal; Qualidade da Governança.

ABSTRACT

Aiming at the sustainable development of the planet in the face of the challenges generated by years of degrading human actions, the UN and its member countries defined the Sustainable Development Goals (SDGs) in 2015, which propose an action plan for the next 15 years. Even considering the SDGs as global objectives, municipal implementation actions are extremely important in the sense of cooperation between global, national, regional and local alliances. Taking into account the importance of good governance addressed in the 2030 Agenda, the work proposed a framework for an assessment of municipal governance in the sense of implementing the SDGs

³ Joyce Souza Silva

that takes into account the goals aligned with the theme. This framework is a roadmap to assist municipal managers in assessing governance, taking into account the goals proposed by the SDGs.

Keywords: Sustainable Development Goals; SDGs; Municipal Governance; Governance Quality.

1. INTRODUÇÃO

A evolução da humanidade até a atualidade sempre foi permeada pela relação homem *versus* meio ambiente, buscando alcançar um equilíbrio benéfico para ambas as partes. Um dos marcos dessa relação é o aparecimento dos primeiros protótipos de cidade na era neolítica, quando o homem deixou de ser nômade e passou a ser sedentário, iniciando tarefas como a irrigação e consequentemente a agricultura, fazendo crescer, desde então, a exploração dos recursos naturais disponíveis, inicialmente como forma de subsistência (Wilheim, 2008).

Consequentemente, com o desenvolvimento das cidades e crescimento da população, também houve aumento da exploração dos recursos naturais de maneira insustentável para a manutenção da vida humana em sintonia com a capacidade de recuperação do meio ambiente, em uma condição de desequilíbrio. Um dos marcos mais notáveis da ação humana sob o meio ambiente foi a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no XVIII, que ao mesmo tempo que proporcionou desenvolvimento tecnológico com a transição da manufatura para a indústria mecânica, também alterou o estilo de vida humana, assim como a relação de produção e consumo até então conhecida. Silva e Crispim (2011) argumentam que mesmo antes da Revolução Industrial do século XVIII o planeta já enfrentava um certo tipo de degradação ambiental, no entanto, após esse período ocorreu o surgimento de materiais e substâncias não existentes na natureza. Contudo, foi apenas quase três séculos depois que a degradação ambiental despertou atenção suficiente para uma mudança de consciência e necessidade de ação frente as consequências que estavam sendo sofridas.

No entanto, a relação de desequilíbrio entre o homem e o meio ambiente não permeia apenas a questão propriamente dita da exploração dos recursos naturais. Na evolução histórica dessa problemática, um conceito se concretizou e emergiu de forma essencial na busca da preservação da vida humana no planeta, o de desenvolvimento sustentável, que segundo a publicação do

Relatório Brundtland ou *Our Common Future* pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente em 1987, é definido como o desenvolvimento que atende as gerações presentes sem comprometer o desenvolvimento das gerações futuras (World Commission on Environment and Development. [WCED], 1987).

Sendo assim, os problemas enfrentados na busca do desenvolvimento sustentável vão além das questões ambientais, passando também por questões sociais, econômicas e institucionais, como fome, pobreza, desigualdade social, poluição, precarização do acesso a água e saneamento, degradação ambiental, violência, corrupção, desenvolvimento econômico, dentre tantos outros problemas que afetam o planeta e são alvo de uma preocupação mundial.

Uma das ações desenvolvidas visando o desenvolvimento sustentável do planeta foi a adoção em 2000, pela ONU e mais 191 nações, dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), para implementação até o ano de 2015. Em 2012 na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) realizada no Rio de Janeiro começaram a emergir novos objetivos e metas que dariam continuidade ao propósito traçado inicialmente pelos ODM. Então, em 2015, foi adotada pela ONU e 193 países-membros, a Agenda 2030, que apresenta 17 objetivos e 169 metas de ação global funcionando como um plano de ação para os próximos 15 anos.

Um dos desafios da implementação da Agenda 2030 se situa na necessidade de uma estrutura de governança- tanto a nível global, como a nível local- eficaz e comprometida com a consecução dos objetivos. A governança, nesse caso, é fator crucial para que os objetivos possam ser alcançados de forma efetiva, proporcionando uma real mudança no mundo. A própria Agenda 2030 cita a boa governança, além da democracia e Estado de Direito, como essenciais para o desenvolvimento sustentável.

Graham, Amos e Plumptre (2003, p.ii) conceituam a governança como “as interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder e as responsabilidades são exercidos, como as decisões são tomadas e como cidadãos ou outras partes interessadas têm uma palavra a dizer”, tratando-a como um processo de responsabilização, relações e cooperação, características cruciais para um trabalho conjunto na implementação dos ODS. Gomes, Albernaz, Nascimento e Torres (2016) abordam *Accountability* e Transparência na implementação da Agenda 2030 e citam a importância da avaliação da governança, a avaliação da coerência entre o

compromisso com os ODS e as políticas públicas, dentre outros fatores como essenciais na implementação dos objetivos.

Os princípios de governança, abordados por diversos autores, em diversas configurações, se demonstram essenciais na implementação da Agenda 2030. O World Bank (2007) aborda, por exemplo, os princípios de legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e *accountability*, convergindo também, com os princípios citados por Oliveira e Pisa (2015), sendo eles efetividade, transparência, *accountability*, participação, legalidade, ética e integridade, que conversam com algumas metas dos ODS, fazendo parte, da Agenda 2030. Além deles, também podemos citar os 5 indicadores de governança mundial abordados por Kaufmann, Kraay, Mastruzzi (2010): Voz e responsabilidade, Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo, Eficácia do governo, Qualidade Regulatória, Estado de Direito, e Controle de Corrupção.

É nessa perspectiva que o trabalho propõe uma metodologia para avaliação da governança em nível municipal no sentido da implementação dos ODS, tendo como base as próprias metas da Agenda 2030 que conversam com os princípios de governança pública, tomados a partir de pesquisa bibliográfica e já adotados em outras metodologias (não tratadas diretamente com os ODS), que serão referenciados e justificados no referencial teórico e metodologia.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1. ODS e Governança

Os desafios inerentes à administração, seja no ato âmbito público ou privado não são recentes. Desde que o ser humano, mesmo que intuitivamente, começou a administrar suas propriedades de terra, as cidades que surgiam, as instituições que nasciam junto delas ou seus negócios, esses desafios emergiam junto das ações inerentes à administração. A governança no seu sentido mais básico, se originou quando os proprietários das organizações passaram a designar poder e autoridade a terceiros para a administração das mesmas. No entanto, na possibilidade de ocorrer conflitos de interesses entre proprietários e administradores, a governança emerge na

perspectiva de melhora do desempenho organizacional, redução de conflitos, alinhamento de ações e fornecimento de segurança para os proprietários (Tribunal de Contas da União [TCU], 2014).

De acordo com Bovaird (2005), as primeiras manifestações de interesse nas questões de governança propriamente dita, estão situados na “governança corporativa” que iniciou seu desenvolvimento no final da década de 1980 e a “governança local” que emergiu na literatura no início da década de 1980. No entanto, o termo emergiu com maior força na década de 1990, ganhando diversas variações de acordo com sua área de uso, seja para as instituições públicas ou para as instituições privadas. Para Graham, Amos e Plumptre (2003) três palavras-chave são essenciais para a compreensão da governança: poder, relacionamentos e responsabilidade.

No âmbito da governança pública, considera-se que ela “compreende tudo o que uma instituição pública faz para assegurar que sua ação esteja direcionada para objetivos alinhados aos interesses da sociedade (Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ministério da Transparência & Controladoria-Geral da União, 2018).” Bovaird e Löffler (2003) entendem por governança pública as formas como ocorrem as interações dos *stakeholders* com o objetivo de influenciar os resultados das políticas públicas. O Guia GPS- Gestão pública sustentável do (Programa Cidades Sustentáveis [PCS] & Núcleo de Estudos do Futuro [NEF], 2017) descreve a governança, levando em consideração uma mudança gradual na concepção de “poder público” para “serviço público”, aprimorando o diálogo entre gestores públicos e sociedade com a inclusão de maior número de setores civis e transparência em suas ações.

Um dos conceitos de governança mais difundidos e utilizados é o de Kaufmann, Kraay, Mastruzzi (2010, p. 4), que conceitua a governança como “processos por quais decisões de políticas públicas são tomadas e implementadas”; “o resultado de interações, relacionamentos e redes entre os diferentes setores (governo, setor público, setor privado e sociedade civil) e envolve decisões, negociações e diferentes relações de poder entre as partes interessadas para determinar quem obtém o quê, quando e como”. Esse conceito foi publicado no trabalho intitulado de ‘*The Worldwide Governance Indicators: Methodology and Analytical Issues*’ e aborda 5 Indicadores de Governança Mundial: Voz e responsabilidade; Estabilidade Política e Ausência de Violência/ Terrorismo; Eficácia do governo; Qualidade Regulatória; Estado de Direito; e Controle de Corrupção. Além disso, o World Bank sugere que são princípios de boa governança: a legitimidade, a equidade, a responsabilidade, a eficiência, a probidade, a transparência e a *accountability* (World Bank, 2007).

A governança pública emerge como principal meio de obter melhorias no governo, proporcionando não apenas diálogo, mas também participação efetiva da sociedade na coisa pública, construindo uma gestão democrática, transparente, igualitária e sustentável.

As constantes mudanças e desafios enfrentados pela humanidade refletem, de alguma forma, o resultado das ações humanas sobre o meio ambiente e sobre suas próprias relações em sociedade. A forma que o homem se insere no planeta, como ele se porta diante das questões sociais, econômicas, ambientais e institucionais, dentre diversos outros fatores que descrevem o seu papel como indivíduo inserido em um mundo reativo, onde cada ação possui um consequência, é determinante nos problemas enfrentados pela humanidade, sejam eles atuais ou futuros. Quando refletimos sobre o conceito de desenvolvimento sustentável proposto Relatório *Brundtland*, fica claro que o desenvolvimento das gerações presentes não deve impedir o desenvolvimento das gerações futuras, ou seja, as ações humanas, em prol do desenvolvimento, devem ocorrer de tal modo que o desenvolvimento das gerações futuras não seja comprometido (World Commission on Environment and Development. [WCED], 1987). No entanto, os desafios para se alcançar um mundo possível de se sustentar, além de garantir a capacidade de sustentação futura, não são poucos. Foi diante desses desafios, buscando compilar os principais problemas enfrentados pela humanidade que surgiram os ODM e, posteriormente, os ODS.

A Agenda 2030 abarca 17 objetivos e 169 metas de desenvolvimento sustentável para o mundo, formando um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Conforme preâmbulo da própria agenda, os ODS equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável, as dimensões econômica, social e ambiental, mas também, mesmo que não citada, a dimensão institucional. Esses objetivos e metas estimularão a ação para os próximos 15 anos (a partir da data de lançamento, 2015) em determinadas áreas de extrema importância tanto para a humanidade, quanto para o planeta: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. No que concerne ao à governança, a própria Agenda 2030 aborda a sua importância para a implementação dos objetivos e metas quando cita que “um mundo em que a democracia, a boa governança e o Estado de Direito, bem como um ambiente propício em níveis nacional e internacional, são essenciais para o desenvolvimento sustentável (Organizações das Nações Unidas [ONU], 2015)”. Se faz necessário, nesse sentido, gerir a implementação dos ODS inserindo a governança, que em teoria, nos próprios ODS já se encontra inserida, como um dos fatores essenciais na boa consecução dos objetivos.

2.2. Aspectos da governança

Nesse tópico são abordados alguns dos princípios e indicadores de governança mais difundidos na literatura, sendo eles os princípios de boa governança sugeridos pelo Word Bank: a legitimidade, a equidade, a responsabilidade, a eficiência, a probidade, a transparência e a *accountability*; os 5 indicadores de governança mundial abordados no trabalho intitulado de ‘*The Worldwide Governance Indicators: Methodology and Analytical Issues*’: Voz e responsabilidade, Estabilidade Política e Ausência de Violência/ Terrorismo, Eficácia do governo, Qualidade Regulatória, Estado de Direito, e Controle de Corrupção; além dos princípios abordados por Oliveira e Pisa (2015) para a elaboração do iGovP (Índice de avaliação da governança pública): efetividade, transparência e *Accountability*, participação, equidade e legalidade, ética e integridade.

Abaixo, é apresentado o Quadro 2 com os princípios sugeridos pelo World Bank, bem como suas definições.

Quadro 2- Princípios de boa governança sugeridos pelo World Bank

Princípio	Definição
Legitimidade	Refere-se à maneira pela qual governos e autoridade administrativa é exercida em relação àqueles com um legítimo interesse no programa; A preocupação aqui é até que ponto a governança e estruturas de gestão permitem e facilitam a participação efetiva e a voz das diferentes categorias de decisões de governança e gestão, levando em consideração seus respectivos papéis e importância relativa.
Equidade	Diz respeito à medida em que parceiros e participantes, situados de forma semelhante, têm oportunidades iguais de influenciar o programa e receber os benefícios do programa.
Responsabilidade	Diz respeito à medida em que o programa aceita e exerce responsabilidade para com as partes interessadas que não estão diretamente envolvidas na governança do programa e que não são parte da cadeia direta de prestação de contas na implementação do programa.

Eficiência	A preocupação aqui é até que ponto a governança e a estrutura de gestão aumentam a eficiência ou a relação custo-benefício na alocação e uso dos recursos.
Probidade	Refere-se à adesão de todas as pessoas em cargos de liderança a altos padrões de ética e conduta profissional além do cumprimento das regras e regulamentos que regem o funcionamento do programa.
Transparência	Isso diz respeito à medida em que os processos de tomada de decisão, relatórios e avaliação do programa são abertos e disponíveis gratuitamente para o público em geral.
Accountability	Isso diz respeito à medida em que a responsabilidade é definida, aceita e exercida ao longo da cadeia de comando e controle. A prestação de contas é aprimorada quando os papéis e responsabilidades são claramente articulados em uma carta de programa, memorando de entendimento ou acordo de parceria. A participação das partes interessadas na formulação desses acordos e sua divulgação pública também fortalece a responsabilidade de governança do programa.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de World Bank, 2007, p.76-78.

Os princípios de governança sugeridos pelo World Bank são bastante difundidos em termos da governança pública por abarcarem, de maneira sucinta, preceitos a serem seguidos para que se possa ter uma governança justa, participativa e sustentável. Além disso, o World Bank argumenta a necessidade da articulação e bom funcionamento desses princípios proporcionando governança e gestão de formas legítimas e eficazes.

A seguir, é apresentado o Quadro 3 com os *Worldwide Governance Indicators* e suas respectivas definições.

Quadro 3- Worldwide Governance Indicators

Indicador	Definição
Voz e responsabilidade	Captura percepções sobre até que ponto os cidadãos de um país podem participar na escolha do seu governo, bem como a liberdade de expressão, liberdade de associação e uma mídia livre.”

Estabilidade Política e Ausência de Violência/ Terrorismo;	Captura percepções da probabilidade que o governo será desestabilizado ou derrubado por meios inconstitucionais ou violentos, incluindo violência politicamente motivada e terrorismo.
Eficácia do governo	Capta percepções sobre a qualidade dos serviços públicos, a qualidade da função pública e o grau de sua independência das pressões políticas, a qualidade da política formulação e implementação, e a credibilidade do compromisso do governo com tais políticas.
Qualidade regulatória	Captura percepções da capacidade do governo de formular e implementar políticas e regulamentos sólidos que permitam e promovam o desenvolvimento do setor privado.
Estado de Direito	Captura percepções do grau em que os agentes confiam e cumprem pelas regras da sociedade e, em particular, a qualidade da execução de contratos, direitos de propriedade, a polícia, e os tribunais, bem como a probabilidade de crime e violência.
Controle de Corrupção	Capta percepções da extensão em que o poder público é exercido para ganho privado, incluindo pequenas e grandes formas de corrupção, bem como a "captura" do Estado por elites e interesses privados.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Kaufmann, Kraay, Mastruzzi (2010, p.4).

Os *Worldwide Governance Indicators* são os indicadores de governança formulados pelo World Bank e foram formulados conforme definição de governança citada anteriormente e inclui “(a) o processo pelo qual os governos são selecionados, monitorados e substituído” (Voz e responsabilidade, Estabilidade Política e Ausência de Violência/ Terrorismo); “(b) a capacidade do governo para efetivamente formular e implementar políticas sólidas (Eficácia do governo e Qualidade regulatória); e “(c) o respeito dos cidadãos e do Estado pelas instituições que governam as interações econômicas e sociais entre eles” (Estado de Direito e Controle de Corrupção).

Por fim, são elencados a seguir, no quadro 4 os princípios elencados por Oliveira e Pisa (2015) com as respectivas definições abordadas pelos autores.

Quadro 4- Princípios utilizados no iGovP

Princípio	Definição	Referência
Efetividade	(...) diz respeito à averiguação da real necessidade e oportunidade de determinadas ações governamentais e refere-se aos impactos por ela gerados.	Oliveira e Pisa (2015, p. 1269)
Transparência	(...) o Estado deve ser transparente o suficiente na apresentação dos dados, para que se possa avaliar se os investimentos estão sendo realizados de maneira eficaz, eficiente e efetiva, com a lisura que se espera do gestor público.	OCDE (2011, p.3 como citado em Oliveira & Pisa, 2015, p. 1269)
Accountability	(...) definido como “um atributo do Estado, enquanto controle social é um atributo ou qualidade da própria sociedade civil, que deve ser municada e habilitada para acionar os mecanismos de interpelação junto à gestão pública”	Ferreira (2006, p.23 como citado em Oliveira & Pisa, 2015, p. 1270)
Participação	A participação dos cidadãos se dá principalmente pela participação nas eleições para escolha dos representantes do povo no âmbito dos entes federados. Outras possibilidades ocorrem pela participação nas organizações da sociedade civil (orçamentos participativos, conselhos de programas e políticas públicas), que contribuem para o estreitamento da relação entre o Estado e a sociedade.	Oliveira e Pisa (2015, p. 1270)
Equidade	De acordo com o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2006, ela resulta de dois princípios básicos: o primeiro é o princípio de oportunidades iguais: as conquistas individuais devem ser determinadas por seus talentos e esforços, e não por outras características como etnia, gênero, história social ou familiar ou, ainda, país de nascimento. O segundo princípio é o da prevenção de privação de resultados, especialmente em saúde, educação e níveis de consumo (Banco Mundial, 2006:9).	Banco Mundial (2006, p.9 como citado em Oliveira & Pisa, 2015, p. 1270)

Fonte: Elaboração dos autores a partir das referências abordadas

Os princípios do Quadro 3 foram utilizados para a elaboração do iGovP (Índice de avaliação da governança pública), que como abordado pelos autores, objetiva apresentá-lo como instrumento

de autoavaliação e planejamento para o Estado e de controle social para os cidadãos. O trabalho proposto dos autores foi de grande contribuição para elaboração da metodologia contida neste artigo, ao fornecer além de base teórica, também base metodológica.

3. METODOLOGIA

A metodologia para a construção da estrutura de avaliação da governança a nível municipal no sentido da implementação dos ODS levou em consideração ampla pesquisa bibliográfica com levantamento de dados, pesquisas já existentes sobre o tema (mesmo que em pequena quantidade) e pesquisas relacionadas ou próximas ao tema que auxiliaram na composição da estrutura.

Vale salientar que se trata de um roteiro para avaliação da governança municipal, no sentido da implementação dos ODS direcionada para a gestão municipal, visando a melhoria da mesma alinhada com a Agenda 2030, ou seja, não se propõe atribuição de pesos para cada aspecto e indicador, nem também fórmula matemática buscando composição de um índice numérico (o que não isenta a possibilidade futura de adequação para um índice).

O trabalho, quanto a abordagem, se caracteriza como de natureza qualitativa, de natureza aplicada, ao propor uma metodologia para posterior aprimoramento e aplicação. Para obtenção de base teórica necessária a formação da metodologia, foi realizada pesquisa bibliográfica, explorando estudos anteriores ligados ao tema. Por fim, é caracterizada como uma pesquisa descritivo e exploratória, por buscar explorar a questão da governança no sentido dos ODS a nível municipal e as variáveis que a compõe.

Para a construção da metodologia para avaliação da governança no sentido dos ODS dois trabalhos foram de extrema importância em sua estruturação: o Guia GPS- Gestão Pública Sustentável atualizado com os ODS do Programa Cidades Sustentáveis, que apresenta 12 eixos temáticos com seus respectivos indicadores objetivando organizar os ODS para a implementação no âmbito municipal e o trabalho de Oliveira e Pisa (2015) que apresenta o IgovP- Índice de Avaliação da Governança Pública. Ambos os trabalhos apresentam base teórica e prática robusta para realizar a relação entre os aspectos levantados, indicadores propostos e metas correlacionadas. A grande maioria dos indicadores foram extraídos do Guia GPS, outros indicadores foram proposições decorrentes da própria Agenda 2030 pela ONU e um indicador do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE- PB).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estrutura para avaliação da governança municipal no sentido dos ODS proposta nesse trabalho leva em consideração os objetivos e metas na Agenda 2030 que conversam com o eixo. Ela leva em consideração a proposição de um roteiro para avaliação que busca transparecer de maneira eficaz a governança a nível municipal, levando em consideração a implementação dos ODS, assim como suas metas.

Como aspectos para adequação de cada meta e posterior indicador foram utilizados: participação popular; equidade; transparência, *accountability* e eficácia; Estado de direito; controle da corrupção; e efetividade. Tais princípios foram escolhidos de acordo com os princípios abordados no tópico anterior, levando em consideração aqueles que mais se adequavam a perspectiva da Agenda 2030. Os princípios de participação popular, equidade, transparência, *accountability* e efetividade foram abordados por Oliveira e Pisa (2015), equidade, transparência, *accountability* e efetividade também foram abordados por World Bank (2007), por fim, os princípios de eficácia, Estado de direito e controle da corrupção por Kaufmann, Kraay, Mastruzzi (2010). Os princípios de transparência, *accountability* e eficácia foram abordados em conjunto por ter uma meta que também os aborda em conjunto.

Segundo Valla (1998, p.9), “participação popular compreende as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar as formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na área social.”. Nesse sentido, a participação popular possibilita a inserção de todos os interessados (organizações não governamentais, instituições públicas e privadas, sociedade civil organizada, etc) nos processos inerentes a coisa pública.

Sobre a equidade, Burci, dSantos e Costa (2017, p.446) argumentam que ela está ligada a questão de justiça, mas que o justo nem sempre é equitativo, pois “equidade é um tipo de justiça que não depende da justiça legal, a equidade surge como uma forma de corrigir as falhas existentes, principalmente nas leis que representam a justiça.”

Já com relação a transparência e *accountability*, Hood (2010, p. 989 como citado em Rodrigues, 2020) aborda que de maneira geral ambos os conceitos são tratados como dissociáveis, no entanto, buscam abordar também a diferenciação frente ao complemento dos dois aspectos

inerentes a governança, argumentando que *accountability* se refere “ao dever de um indivíduo ou organização de responder de alguma maneira pela forma com que conduziu suas ações. Transparência se refere, de modo geral, a agir de tal forma que decisões, regras e outras informações sobre a ação estejam visíveis a outras pessoas e instituições.” Um outro aspecto que foi colocado em conjunto com transparência e a *accountability*, foi o de eficácia, por ser tratado em conjunto na meta 16.6. Megginson et al (1998, p. 11 como citado em Castro, 2006) argumenta que a “eficácia é a capacidade de ‘fazer as coisas certas’ ou de conseguir resultados. Isto inclui a escolha dos objetivos mais adequados e os melhores meios de alcançá-los.”

A efetividade, que geralmente é vista como um termo sendo utilizado em conjunto com a eficácia e a eficiência, como diz Matias-Pereira (2010, como citado por Souza e Silva 2015, p.8) quando cita que “a efetividade é a soma da eficiência e da eficácia. Assim, a efetividade ocorre quando os bens e serviços resultantes de determinada ação alcançam os resultados mais benéficos para a sociedade.”

Sobre Estado de Direito, muitas são as concepções encontradas na literatura nacional e internacional, por isso, foi utilizada a combinação de abordagens utilizadas por Campilongo, Gonzaga e Freire (2017, p.10) que diz que o Estado de Direito tem como “objetivo mais do que ter um governo submetido ao controle constitucional e legal. Ele também procura guiar o comportamento individual e a interação social.”, além dos elementos fundamentais descritos por Canotilho (1999 como citado em Junior, 2013) como “a liberdade do indivíduo, a segurança individual e coletiva, a responsabilidade e responsabilização dos titulares do poder, a igualdade de todos os cidadãos e a proibição de discriminação de indivíduos e de grupos”.

O controle da corrupção é outro aspecto crucial da governança, já que atos de corrupção afetam como um todo todos os outros aspectos citados, como citado por Leal (2014, p. 14) quando diz que “não há dúvidas de que a corrupção encontra-se diretamente conectada à violação dos Direitos Humanos e Fundamentais, notadamente quando os atos corruptivos são utilizados como formas de violação do sistema jurídico como um todo.”

Abaixo, no Quadro 5, segue a estruturação dos aspectos, metas e indicadores com suas respectivas referências.

Quadro 5- Estruturação da metodologia de avaliação da governança municipal com referencial

Meta	Indicadores	Referência
PARTICIPAÇÃO POPULAR		
16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	Percentual da população que acredita que a tomada de decisões é inclusiva e responsiva	ONU (2017)
	Mecanismos de Democracia Direta	PCS/NEF (2017)
EQUIDADE		
10.2- Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.	Acessibilidade nos espaços públicos	PCS/NEF (2017)
	Pessoas com deficiência empregadas no governo do município	PCS/NEF (2017)
	Negros em cargos gerencias no governo do município	PCS/NEF (2017)
	Mulheres em cargos gerencias no governo do município	PCS/NEF (2017)
TRANSPARÊNCIA, ACCOUNTABILITY E EFICÁCIA		
Meta 16.6- Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.	Conselhos Municipais	PCS/NEF (2017)
	Lei de Acesso à Informação regulamentada	PCS/NEF (2017)
	Orçamento executado decidido de forma participativa	PCS/NEF (2017)

	Portal da Transparência	PCS/NEF (2017)
	Programa de Metas	PCS/NEF (2017)
ESTADO DE DIREITO		
Meta 16.3- Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.	Acesso à justiça	ONU (2017)
	Ouvidoria	PCS/NEF (2017)
CONTROLE DA CORRUPÇÃO		
Meta 16.5- Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.	Sistemas de controle e combate à corrupção	PCS/NEF (2017)
	Processos municipais por corrupção	PCS/NEF (2017)
EFETIVIDADE		
Meta 10.2: até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.	Índice de efetividade da gestão municipal (IEGM)	TCE- PB (2016)

Fonte: Elaboração dos autores, a partir das referências citadas

A estruturação busca abordar de forma sucinta os principais aspectos da governança encontrados no levantamento bibliográfico sobre o tema, de forma a abranger as principais áreas que conformam a boa governança, alinhando com elas as metas dos ODS que conversam com cada um desse aspecto.

Alguns dos indicadores foram proposições decorrentes da própria Agenda 2030 pela ONU, outros (a grande maioria) foram extraídos do Guia GPS (Gestão Pública Sustentável) do Programa

Cidades Sustentáveis, que propõe um guia de gestão municipal alinhado com os ODS e um indicador proposto pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE- PB).

Abaixo, o quadro 6 aborda a estruturação da metodologia com a descrição dos seus respectivos indicadores.

Quadro 6- Estruturação da metodologia de avaliação da governança municipal com descrição dos indicadores

PARTICIPAÇÃO POPULAR		
Meta	Indicadores	Descrição
16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	<p>Percentual da população que acredita que a tomada de decisões é inclusiva e responsiva</p> <p>Mecanismos de Democracia Direta</p>	<p>Percentual da população que acredita que a tomada de decisões é inclusiva e responsiva, por sexo, idade, deficiência e grupo populacional.</p> <p>Regulamentação, na Lei Orgânica do Município, dos mecanismos de Democracia Direta (Plebiscito, Referendo e Lei de Iniciativa Popular).</p>
EQUIDADE		
10.2- Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra. Peso	<p>Acessibilidade nos espaços públicos</p> <p>Pessoas com deficiência empregadas no governo do município</p> <p>Negros em cargos gerenciais no governo do município</p>	<p>Percentual de espaços e equipamentos públicos com acessibilidade sobre o total de espaços públicos e equipamentos públicos no município.</p> <p>Percentual de pessoas com deficiência empregadas no governo do município sobre o total de funcionários.</p> <p>Percentual de negros em cargos gerenciais sobre o total de pessoas em cargos gerenciais na prefeitura.</p>

	Mulheres em cargos gerencias no governo do município	Percentual de mulheres em cargos gerenciais no governo do município sobre o total de pessoas em cargos gerenciais no governo do município.
TRANSPARÊNCIA, ACCOUNTABILITY E EFICÁCIA		
Meta 16.6- Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.	Conselhos Municipais	Percentual de secretarias do governo que possuem Conselhos Municipais com participação da sociedade sobre o total de secretarias.
	Lei de Acesso à Informação regulamentada	Regulamentação municipal da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).
	Orçamento executado decidido de forma participativa	Percentual do orçamento executado decidido participativamente sobre o total do orçamento.
	Portal da Transparência	Existência de Portal da Transparência.
	Programa de Metas	Existência de Plano de Metas.
ESTADO DE DIREITO		
Meta 16.3- Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.	Acesso à justiça	Percentual de detidos aguardando sentença em relação ao total da população prisional.
	Ouvidoria	Percentual das secretarias que contam com ouvidorias sobre o total de secretarias.
CONTROLE DA CORRUPÇÃO		
Meta 16.5- Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.	Sistemas de controle e combate à corrupção	Existência de órgãos de controle interno e combate à corrupção.
	Processos municipais por corrupção	Percentual de processos municipais autuados por corrupção sobre o total de processos.

EFETIVIDADE		
Meta 10.2: até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.	Índice de efetividade da gestão municipal (IEGM)	Índice de efetividade da gestão municipal (IEGM)

Fonte: Elaboração dos autores

A metodologia proposta no trabalho trata de uma avaliação geral da governança no sentido da implementação dos ODS a nível municipal como um guia para a gestão pública avaliar suas ações perante o desenvolvimento sustentável do município. A proposta considera, a partir da Agenda 2030, a necessidade de uma governança alinhada com o desenvolvimento sustentável, assim como a mesma propõe. Além disso, não leva em consideração um cálculo matemático, com fórmula e atribuição de pesos a partir dos indicadores, pois aborda um roteiro para auto avaliação da gestão municipal em cada um dos aspectos e no sentido geral da governança.

A proposta também considerou os ODS 16 e ODS 10 aqueles que mais conversavam com os aspectos de governança propostos na literatura e em metodologias anteriores. Vale salientar a importância do ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação) importante quanto se trata da governança na implementação dos objetivos e metas, mas não citado por possuir metas que não conversavam diretamente com os aspectos propostos e não transparecer o objetivo a nível municipal, já que a maioria das metas são tratadas a partir de indicadores trabalhos a níveis nacionais.

Além disso, os indicadores elencados e alinhados com as metas levam em consideração a necessidade de um avaliação e adaptação a nível municipal, ou seja, trata-se de uma metodologia voltada ao cenário local, tratando das especificidades dos municípios. Sandri (2018) cita que “os

ODS são globais, mas a sua realização dependerá da capacidade de adapta-los a contextos específicos e a necessidades de diferentes cidades e regiões”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de uma mudança- principalmente de pensamento- frente aos desafios advindos das consequências de anos de degradação humana, leva cada vez mais a uma mobilização geral rumo ao desenvolvimento sustentável do planeta e uma dessas mobilizações é a Agenda 2030. Os ODS, desde o seu lançamento como parte da Agenda 2030 objetivaram transformar o mundo e a forma com que o ser humano estava transformando-o de maneira negativa e degradante, seja em suas relações com o meio ambiente, seja em suas próprias relações. No entanto, essa não é uma tarefa fácil, necessitando de um esforço conjunto para alcançar a consecução desses objetivos e metas propostos.

Uma das chaves para a implementação dos ODS se encontra na boa governança das instituições responsáveis e pensando nisso, o trabalho propôs a estruturação de uma metodologia para avaliação da governança a nível municipal levando em consideração as próprias metas propostas pelos ODS. Mesmo considerando que os ODS são objetivos globais, as ações originadas nos municípios fazem parte de uma rede de implementação que se cruza com esse objetivo global e que é de extrema importância no sentido de cooperação entre as alianças globais, nacionais, regionais e locais. De acordo com PNUD (2016, p.14), a governança local eficiente pode assegurar a inclusão de uma diversidade de protagonistas locais, criando assim ampla propriedade, compromisso e responsabilidade para com os ODS.

Logo, nesse sentido, a proposição levou em consideração indicadores voltados para a realidade a nível municipal, buscando auxiliar os gestores municipais em uma avaliação situacional da gestão, contribuindo para futuras melhorias no sentido da implementação dos ODS.

Inicialmente, essa estrutura proposta não leva em consideração proposição de pesos para cada aspecto e indicador, sendo ausente de uma fórmula matemática visando resultados quantitativos, o que não descarta a possibilidade de aprimoramentos levando esse fator em consideração, podendo ser alvo de pesquisas futuras para agregação de pesos e formulação de metodologia matemática para quantificar os resultados finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO PROJETO

Os ODS, como um plano de ação que objetiva uma mudança de atitude rumo ao desenvolvimento sustentável do mundo, é uma iniciativa de continuidade aos planos já traçados anteriormente com os ODM, que abarca as mais diversas áreas, correlacionando as vertentes ambiental, social, econômica e institucional. No entanto, o próprio desenvolvimento sustentável do mundo já requer um esforço conjunto que demandam ações a curto e longo prazo, de iniciativas presentes que possuem reflexo futuro, e assim também ocorre com os ODS. A tarefa de implementação desses objetivos é árdua por demandar uma iniciativa conjunta de toda a sociedade e mais do que isso, demandar uma mudança profunda de pensamento e comportamento.

Um dos fatores essenciais na contribuição para implementação desses objetivos e metas é a boa governança e uma estrutura de gestão comprometida com o desenvolvimento sustentável, além disso, a avaliação dessa governança é essencial na verificação de problemas e obstáculos, visando a melhoria de todo o processo. Foi pensando nisso, que o trabalho objetivou propor uma estrutura de avaliação da governança municipal no sentido da implementação dos ODS, ou seja, correlacionando os princípios da governança citados, com as metas e indicadores propostos.

Para isso, foi necessária uma base teórica sólida, que fornecesse subsídio para o andamento da pesquisa. O primeiro artigo, foi um dos trabalhos que contribuiu na conformação dessa base teórica ao tratar da análise bibliométrica de trabalhos que correlacionassem a avaliação da governança, tanto no sentido da implementação dos ODS, quanto em outras áreas. Através dele, foi possível identificar autores que estavam contribuindo para tais pesquisas, em quais áreas a avaliação da governança e a implementação dos ODS se encontrava mais latente e quais assuntos estão sendo trabalhados nesse sentido.

O segundo artigo, de extrema importância na formação da base teórica, deu continuidade a proposta do primeiro, ao ir além na análise dos trabalhos verificados no primeiro artigo, por incluir mais uma base de dados (Scopus) e permitir uma visão mais ampla do que se estava sendo trabalhado. Através dessa análise foi possível identificar os conceitos de governança mais utilizados nos trabalhos explorados, citações importantes sobre como a governança está sendo relacionada na implementação dos ODS, além da identificação de metodologias de avaliação da

governança nas mais diversas áreas. Além disso, foi possível realizar uma análise comparativa dos artigos publicados na Scopus e na Web of Science.

O último artigo, conformado através da contribuição teórica os dois artigos anteriores, findando na proposição da estrutura de avaliação da governança, explorou as metodologias do Guia GPS e do iGovP, de Oliveira e Pisa (2015), resultando na estruturação de uma metodologia que leva em conta os princípios de governança abordados correlacionados com as metas e indicadores propostos. A metodologia é de extrema importância por fornecer aos gestores municipais um roteiro para avaliação da governança municipal, ao passo que ocorre a implementação dos ODS na gestão.

Como citado durante a conclusão do referido artigo, onde a metodologia foi proposta, não se trata de uma estrutura que leva em conta uma fórmula de cálculo ou quantificação dos indicadores propostos, mas sim um roteiro direcionado a avaliação. No entanto, isso não exclui a possibilidade de pesquisas futuras voltadas a implementação e upgrade da estrutura, tornando-a um índice, passível de quantificação. Por isso, como sugestão de pesquisas futuras, é sugerido o estudo mais aprofundado dos indicadores para implementação de fórmula matemática que possa quantificar através de um índice a estrutura proposta. Outra sugestão seria a avaliação no sentido de que forma essa estrutura poderia ser implementada em conjunto com os ODS nas gestões municipais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ahmed, M., & Araral, E. (2019). Water governance in India: Evidence on water law, policy, and administration from eight Indian states. *Water (Switzerland)*, 11(10). Recuperado de: <https://doi.org/10.3390/w11102071>

Aksoy, C. G., & Tumen, S. (2021). Local Governance Quality and the Environmental Cost of Forced Migration. *Journal of Development Economics*, 149, 102603. Recuperado de: <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2020.102603>

Amaral, H. F., Mato, G. A. S., & Iquiapaza, R. A. (2018). Intensidade e incidência de governança: avaliando a governança financeira em nível estadual no Brasil. *Administração Pública e Gestão Social*, 10(4), 316–326.

Asuquo, C., Lashinde, A., & Adu, E. (2021). Governance quality and public sector procurement of infrastructure projects in developing countries: evidence from Nigeria. *Journal of Public Procurement*, 21(3), 285-299. Recuperado de: <https://doi.org/10.1108/JOPP-10-2019-0067>

Aziz, F., Tahir, F., & Qureshi, N. A. (2021). Millennium development goals (MDGs-2000-2015) to sustainable development goals (SDGs-2030): A chronological landscape of public sector health care segment of Pakistan. *JPMA. The Journal of the Pakistan Medical Association*, 71(2B), 596–601. Recuperado de: <https://doi.org/10.47391/JPMA.394>

Bayar, Y. (2016). Public governance and economic growth in the transitional economies of the European Union. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, 2016(48), 5–18.

Beleneși, M., Bogdan, V., & Popa, D. N. (2021). Disclosure dynamics and non-financial reporting analysis. The case of romanian listed companies. *Sustainability (Switzerland)*, 13(9). Recuperado de: <https://doi.org/10.3390/su13094732>

Ben Ali, T., & Ben Abdul Aziz Al Yahya, B. (2019). The effect of governance on public debt: an empirical investigation for the Arabian Gulf countries. *Journal of Economic Studies*, 46(4), 812–841. Recuperado de: <https://doi.org/10.1108/JES-07-2017-0168>

Bovaird, T. (2005). Public governance: Balancing stakeholder power in a network society. *International Review of Administrative Sciences*, 71(2), 217–228. Recuperado de: <https://doi.org/10.1177/0020852305053881>

Bovaird, T., & Löffler, E. (2003). Evaluating the quality of public governance: Indicators, models and methodologies. *International Review of Administrative Sciences*, 69(3), 313–328. Recuperado de: <https://doi.org/10.1177/0020852303693002>

Biadgilign, S., Ayenew, H. Y., Shumetie, A., Chitekwe, S., Tolla, A., Haile, D., ... Gebre, D. (2019). Good governance, public health expenditures, urbanization and child undernutrition Nexus in Ethiopia: An ecological analysis. *BMC Health Services Research*, 19(1), 1–10. Recuperado de: <https://doi.org/10.1186/s12913-018-3822-2>

Bradshaw, C. J. A., Otto, S. P., Annamalay, A. A., Heft-Neal, S., Wagner, Z., & Souëf, P. N. L. (2019). Testing the socioeconomic and environmental determinants of better child-health outcomes in Africa: A cross-sectional study among nations. *BMJ Open*, 9(9). Recuperado de: <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2019-029968>

Burci, T. V. L., Santos, A. R. & Costa, M. L. F. (2017). Inclusão Com Igualdade Ou Com Equidade: Primeiras Reflexões. *Colloquium Humanarum*, 14, 444–450. Recuperado de: <https://doi.org/10.5747/ch.2017.v14.nesp.000976>

Campilongo, A. C. F., Gonzaga, A. A., & Freire, A. L. (2017). Teoria geral e filosofia do direito. Enciclopédia jurídica da PUCSP, 30. Recuperado de <https://enciclopediajuridica.pucsp.br>

Castro, R. Batista (2006). Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública. In: *Anais do 30º Encontro da ANPAD*. Salvador, BA. Recuperado de: https://ebape.fgv.br/sites/ebape.fgv.br/files/paginas/out/20/apa_portugues_2020.pdf

Caldas, P., Dollery, B., & Marques, R. C. (2020). Measuring what matters in local government: a Municipality Sustainability Index. *Policy Studies*, 1–21. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/01442872.2020.1726311>

Chueke, G. V., & Amatucci, M. (2015). O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. *Revista*

Eletrônica de Negócios Internacionais, (10)2, 1-5.

Confederação Nacional dos Municípios. (2017). *Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros – Gestão 2017-2020*. Brasília, DF.

Czepil, B. (2020). Quality of governance at the communal level in Poland: An exploratory study of the worst performer case from the opolskie province. *Halduskultuur*, 21(1), 22–55.
Recuperado de: <https://doi.org/10.32994/HK.V21I1.224>

Da Cruz, N. F., & Marques, R. C. (2017). Structuring composite local governance indicators. *Policy Studies*, 38(2), 109–129. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/01442872.2016.1210117>

Da Cruz, N. F., & Marques, R. C. (2019). An Application of a Multicriteria Model to Assess the Quality of Local Governance. *Urban Affairs Review*, 55(4), 1218-1239. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/1078087417733049>

Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm

Fernández-Tabales, A., Foronda-Robles, C., Galindo-Pérez-de-Azpillaga, L., & García-López, A. (2017). Human Developing a system of territorial governance indicators for tourism destinations. *Journal of Sustainable Tourism*, 25(9), 1275–1305. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/09669582.2016.1260136>

Ferreira, M. P. A. (2011). A bibliometric study on ghoshal's managing across borders. *The Multinational Business Review*, 19(4), 357-375.

Flores, C. C., Tan, E., Buntinx, I., Cromptvoets, J., Stöcker, C., Zevenbergen, J. (2020). Governance assessment of the UAVs implementation in Rwanda under the fit-for-purpose land administration approach. *Land Use Policy*, 99, 104725. Recuperado de: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104725>

Gaygisiz, Ü., Lajunen, T., & Gaygisiz, E. (2017). Socio-economic factors, cultural values, national personality and antibiotics use: A cross-cultural study among European countries.

Journal of Infection and Public Health, 10(6), 755–760. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jiph.2016.11.011>

Graham, J., Amos, B., & Plumtre, T. (2003). Governance principles for protected areas in the 21st century prepared for the fifth world parks congress durban, south africa in collaboration with parks canada and canadian international development agency. Prepared for *The Fifth World Parks Congress Durban*, South Africa. Recuperado de [http://dspace.africaportal.org/jspui/bitstream/123456789/11190/1/Governance Principles for Protected Areas in the 21st Century.pdf?1](http://dspace.africaportal.org/jspui/bitstream/123456789/11190/1/Governance%20Principles%20for%20Protected%20Areas%20in%20the%2021st%20Century.pdf?1)

Gomes, M. B., Albernaz, L. R., Nascimento, A. C., & Torres, F. R. (2016, maio/agosto). Accountability e Transparência na Implementação da Agenda 2030 : As Contribuições do Tribunal de Contas da União. *Revista do TCU*, (136), 76-91. Recuperado de: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1361>

Huang, C. W., Mcdonald, R. I., Seto, K. C. (2018). The importance of land governance for biodiversity conservation in an era of global urban expansion. *Landscape and Urban Planning*, 173(January), 44–50. Recuperado de: <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2018.01.011>

Instituto Latino-Americano de Governança e Compliance Público. (2020). *Governança pública municipal: Transformando sua administração*. Brasília: NT Editora.

Im, T., & Choi, Y. (2018). Rethinking National Competitiveness: A Critical Assessment of Governmental Capacity Measures. *Social Indicators Research*, 135(2), 515–532. Recuperado de: <https://doi.org/10.1007/s11205-016-1494-z>

Junior, J. A. G. (2013). Considerações acerca da legitimidade da pena criminal a partir do conceito de estado de direito. IN: XXII Encontro Nacional do CONPEDI. Curitiba, PR. Recuperado de: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=20f79a5fa90c0796>

Kaufmann, D., Kraay, A & Mastruzzi, M., (2010). The worldwide governance indicators: Methodology and analytical issues. World Bank Policy Research Working Paper No 5430, Washington.

Kantamaturapoj, K., Kulthanmanusorn, A., Witthayapipopsakul, W., Viriyathorn, S., Patcharanarumol, W., Kanchanachitra, C. ... Tangcharoensathien, V. (2020). Legislating for

public accountability in universal health coverage, Thailand. *Bulletin of the World Health Organization*, 98(2), 117–125, 2020. Recuperado de: <https://doi.org/10.2471/BLT.19.239335>

Kirylyuk, H., Glińska, E., Ryciuk, U., Vierikko, K., Rollnik-Sadowska, E. (2021). Stakeholders engagement for solving mobility problems in touristic remote areas from the Baltic Sea Region. *PLoS ONE*, 16(6). Recuperado de: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0253166>

Kuras, E. R, Warren, P. S., Zinda, J. A., Aronson, M. F. J., Cilliers, S., Goddard, M. A. ... Winkler, R. (2020). Urban socioeconomic inequality and biodiversity often converge, but not always: A global meta-analysis. *Landscape and Urban Planning*, 198(June), 103799. Recuperado de: <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2020.103799>

Lan, T., Shao, G., Xu, Z., Tang, L., & Sun, L. (2021). Measuring urban compactness based on functional characterization and human activity intensity by integrating multiple geospatial data sources. *Ecological Indicators*, 121, 107177. Recuperado de: <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2020.107177>

Leal, R. G. (2014). Os efeitos deletérios da corrupção em face dos direitos humanos e fundamentais. *Revista da Ajuris*, 41(136). Recuperado de: <http://ajuris.kinghost.net/OJS2/index.php/REVAJURIS/article/view/368>

Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ministério da Transparência, & Controladoria-Geral da União (2018). Guia da política de governança pública. *Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República. Recuperado de: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/guia-da-politica-de-governanca-publica>

Nansikombi, H., Fischer, R., Velasco, R. F., Lippe, M., Kalaba, F. K., Kabwe, G., & Günterab S. (2020). Can de facto governance influence deforestation drivers in the Zambian Miombo? *Forest Policy and Economics*, 120(March), 102309. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2020.102309>

Nansikombi, H., Fischer, R., Kabwe, G., & Günter, S.. (2020). Exploring patterns of forest governance quality: Insights from forest frontier communities in Zambia's Miombo ecoregion. *Land Use Policy*, 99(Junho 2019), 104866. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104866>

Oliveira, A. G., & Pisa, B. J. (2015). IGovP: índice de avaliação da governança pública — Instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. *Revista de Administracao Publica*, 49(5), 1263–1290. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/0034-7612136179>

Organização das Nações Unidas (2015). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Recuperado de: <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>

Organização das Nações Unidas (2017). *Global indicator framework for the Sustainable Development Goals and targets of the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Recuperado de: <https://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/>

Paz, E. C., & Cuenca, M. C. S. (2020). Governanza global y los Objetivos de Desarrollo Sostenible en España. *3C Empresa. Investigación y pensamiento crítico. Edición Especial COVID-19: Empresa, China y Geopolítica*, 149-169. Recuperado de: <https://doi.org/10.17993/3cemp.2020.edicionespecial1.149-169>

Programas Cidades Sustentáveis/ Núcleo de Estudos do Futuro. Anexo Guia GPS - Gestão Pública Sustentável. [s. l.], p. 96. São Paulo: PUC e Secretaria do Programas Cidades Sustentáveis. Recuperado de: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/eixos-do-pcs>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2016). Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional. Recuperado de: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/roteiro-para-a-localizacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sust.html>

Ramos-Rodríguez, A. R., & Ruíz-Navarro, J. (2004). Changes in the intellectual structure of strategic management research: a bibliometric study of the strategic management journal, 1980-2000. *Strategic Management Journal*, 25, 981-1004.

Rodrigues, K. F. (2020) Desvelando o conceito de transparência: seus limites, suas variedades e a criação de uma tipologia. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 18, n. 2, p. 237–253, 2020. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1679-395173192>

Roma, J. C. (2019). Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos

de desenvolvimento sustentável. *Ciência e Cultura*, 71(1), 33–39. Recuperado de: <https://doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>

Ruiz-Cantero, M. T., Guijarro-Garvi, M., Bean, D. R., Martínez-Riera, J. R., & Fernández-Sáez, J. (2019). Governance commitment to reduce maternal mortality. A political determinant beyond the wealth of the countries. *Health and Place*, 57(March), 313–320. Recuperado de: <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2019.05.012>

Sandri, L. (2018). *Dos objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM) aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS): Uma análise da transição das agendas de desenvolvimento em seus aspectos institucionais e de governança*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Regional de Blumenau, Blumenau. Recuperado de: <https://doi.org/10.1103/PhysRevB.101.089902%0Ahttp://dx.doi.org/10.1016/j.nantod.2015.04.009%0Ahttp://dx.doi.org/10.1038/s41467-018-05514-9%0Ahttp://dx.doi.org/10.1038/s41467-019-13856-1%0Ahttp://dx.doi.org/10.1038/s41467-020-14365-2%0Ahttp://dx.doi.org/10.1038/s41>

Silva, V. B., & Crispim, J. Q. (2011, primeira semana). Um breve relato sobre a questão ambiental. *Rev. GEOMAE*, v. 2, n. 1, p. 163–175. Campo Mourão, PR.

Sokolow, J., Kennedy, G., & Attwood, S. (2019). Managing Crop tradeoffs: A methodology for comparing the water footprint and nutrient density of crops for food system sustainability. *Journal of Cleaner Production*, 225, 913–927. Recuperado de: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.03.056>

Souza, R. A., & Silva, D. O. (2015). Os paradigmas 4E’S da Gestão Pública: Eficiência, Eficácia, Efetividade E Economicidade. Xii Simpósio De Ciências Aplicadas Da FAIT. Recuperado de: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/nQNRCydBfojPkZm_2017-1-17-19-18-27.pdf

Su, T. D., & Bui, T. B. H. (2017). Government size, public governance and private investment: The case of Vietnamese provinces. *Economic Systems*, 41(4), 651–666. Recuperado de: <https://doi.org/10.1016/j.ecosys.2017.01.002>

Sustainable Development Solutions Network (2022). *O mundo em 2050*. Recuperado de: <https://www.unsdsn.org/the-world-in-2050>

Stafford-Smith, M., Griggs, D., Gaffney, O., Ullah, F., Reyers, B., Kanie, N. ... O’Connell, D.

(2017). Integration: the key to implementing the Sustainable Development Goals. *Sustainability Science*, 12(6), 911–919. Recuperado de: <https://doi.org/10.1007/s11625-016-0383-3>

Subramanian, K., Chopra, S. S., Cakin, E., Liu, J., & Xu, Z. (2021). Advancing neighbourhood sustainability assessment by accounting for sustainable development goals: A case study of Sha Tin neighbourhood in Hong Kong. *Sustainable Cities and Society*, 66(December), 102649. Recuperado de: <https://doi.org/10.1016/j.scs.2020.102649>

Tang, J., Liu, J., Wang, D., Lin, W., & Su, C. (2018). Assessment system and empirical study on China's local governance quality. *International Journal of Sustainable Development and Planning*, 13(5), 773–789. Recuperado de <https://doi.org/10.2495/SDP-V13-N5-773-789>

Tarek, B. A., & Ahmed, Z. (2017a). Governance and public debt accumulation: Quantitative analysis in MENA countries. *Economic Analysis and Policy*, 56, 1–13. Recuperado de: <https://doi.org/10.1016/j.eap.2017.06.004>

Tarek, B. A., & Ahmed, Z. (2017b). Institutional Quality and Public Debt Accumulation: An Empirical Analysis. *International Economic Journal*, 31(3), 415-435. Recuperado de: <https://doi.org/10.1080/10168737.2017.1354906>

Theuerkauf, S. J., Morris Jr., J. A., Watters, L. C., Wickliffe, L. C., Alleway, H. K., & Jones, R. C. (2019). A global spatial analysis reveals where marine aquaculture can benefit nature and people. *PLoS ONE*, 14(10), 1–29. Recuperado de: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0222282>

Tribunal de Contas da União (2014). *Governança pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria*. Brasília: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão.

Wall, S. (2019). Prevention of antibiotic resistance—an epidemiological scoping review to identify research categories and knowledge gaps. *Global Health Action*, 12. Recuperado de: <https://doi.org/10.1080/16549716.2020.1756191>

Wilhelm, J. (2008). *Cidades: o substantivo e o adjetivo*. São Paulo: Perspectiva.

World bank (2007). *Sourcebook for Evaluating Global and Regional Partnership Programs*. Independent Evaluation Group—World Bank. Washington, D.C. Recuperado de:

<https://www.oecd.org/development/evaluation/dcdndep/37981082.pdf>

World Commission on Environment and Development, United Nations World Commission on Environment and Development (1987). *Ed. Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press.

Valla, V. V. (1998). Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 14, n. suppl 2, p. S07-S18, 1998. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/s0102-311x1998000600002>